

*Cj  
ev  
B*

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

**SESSÃO ORDINÁRIA DE**

**26 DE JUNHO DE 2020**

**ACTA N° 02/2020**

**(mandato 2017/2021)**





Cj  
cu  
A

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MACEDO DE CAVALEIROS

ATA N.º 2/2020

(mandato autárquico 2017/2021)

**SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VINTE E SEIS DE JUNHO DE DOIS MIL E VINTE, REALIZADA NO AUDITÓRIO DO CENTRO CULTURAL DE MACEDO DE CAVALEIROS. -----**

**PRESIDENTE – CAMILO ANTÓNIO MORAIS -----**

**PRIMEIRO SECRETÁRIO – MANUEL ANTÓNIO MACHADO CARVALHO -----**

**SEGUNDO SECRETÁRIO – CELINA DA CONCEIÇÃO DE SÁ MARTINS -----**

Eram catorze horas e trinta minutos, quando o excelentíssimo senhor Presidente da Assembleia Municipal, após verificar a existência de quórum, declarou aberta a reunião, dando de imediato conhecimento dos pedidos de substituição dos Deputados Municipais: Helena Isabel Pires Seabra e Maria Inácia Ferreirinha, que foram substituídos, respetivamente, pelos senhores, Luís Miguel Pereira Vaz e Duarte Ferreira Dias. O Deputado Municipal Duarte Ferreira Dias faltou à reunião por motivo justificado. Pediu substituição o Deputado Municipal Luís Manuel de Oliveira Miranda Pereira que foi substituído pelo Deputado Municipal António José da Costa Vila Franca. O Deputado Municipal Luís Filipe Sardinha Cabeceiro faltou à reunião por motivo justificado. Pediram substituição os Deputados Municipais, Maria Helena Lopes Gonçalves, Paulo Duarte da Silva Dias, Maria Inácia Rosa, Luís Manuel Dias Gonçalves, António dos Santos Pires Afonso, José António da Silva Madalena, Carlos Manuel Rodrigues Carneiro e Maria Inês Falcão, que após sucessivos pedidos de substituição dos membros eleitos a seguir na lista do PSD, foram substituídos pelos Srs. Jorge Elias Venceslau Artlheiro, Carlos Manuel Lourenço Rodrigues, Judite Maria Paulos Lino, Francisco José Ramos Castanheira Pinto, Bernardete de Fátima Berta Mesquita Pedro, Carlos Eduardo Torres Justo, Leonor de Oliveira Jerónimo Branco e Pedro Nuno Correia Vilarinho. O Deputado Municipal Pedro Nuno Correia Vilarinho faltou à reunião por motivo justificado. -----

Faltou ainda a esta reunião por motivo justificado a Deputada Municipal Maria Adelaide Alves Gonçalves Batista. -----

Face à impossibilidade de estar presente na sessão desta Assembleia Municipal, pediu substituição o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Sezulfe, Gilberto Amadeu Pires, que se fez substituir pelo Tesoureiro da Junta, Jorge Luís Pinto. -----

Estiveram também presentes, além do Presidente da Câmara Municipal, os Vereadores da Câmara Municipal em regime de permanência, Rui Alexandre Serapicos Vilarinho e Elsa Carina da Silva Escobar e os Vereadores em regime de não permanência, Maria da Assunção Gemelgo Correia, Manuel Duarte Fernandes Moreno e Pedro Fernando Reis Mascarenhas. ----

Verificada a lista de presenças, dela constavam 57 Deputados Municipais: Camilo António Morais, Acácio João Carvalho do Espírito Santo, Celina da Conceição de Sá Martins, Henrique Manuel Crujo Mendes Palma, Jacinta Lúcia Catarino Lopes, António Nuno Batista Mendes de Morais, Manuel António Machado Carvalho, Humberto José Trovisco, Fernando Humberto Gomes, Paulo Jorge Ferreirinha, Joana Margarida Silveira Esteves da Silva Vaz, Ricardo Jorge Salsas Batista, Carla Margarida da Costa Palhau, Elias de Jesus Monteiro Afonso, Catarina Lúcia Pinto de Matos, José Carlos Moreira Silva Azevedo, Ana Rita Simão Rodrigues, Luís Miguel Pereira Vaz, António José da Costa Vila Franca, Jorge Elias Venceslau Artilheiro, Carlos Manuel Lourenço Rodrigues, Judite Maria Paulos Lino, Francisco José Ramos Castanheira Pinto, Carlos Eduardo Torres Justo, Bernardete de Fátima Berta Mesquita Pedro, Leonor de Oliveira Jerónimo Branco, Manuel Alberto Rodrigues, Celestino Alberto Carneiro Gonçalves, José Carlos Vasco Jecas, Armando Luís Fernandes Carrazedo, José António Génio Mendes, José Manuel Fernandes, Eduardo João Martins Pereira, António Luís Gomes, Simão Augusto Ventura Ferreirinha, José António Cordeiro, Daniel Augusto Maçaera Fraga, Leonardo do Nascimento Vila Franca, Armindo Caseiro Cepeda, Edgar Manuel Rodrigues Fragoso, Ramiro Borges Valadar, Rui Filipe Branco Lopes, Ricardo Jorge Vaz Cordeiro, João José Cunha Pinto, Jorge Luís Pinto, Inácio de Jesus Roma, Luís Manuel Costa Rodrigues, António João Alves Trovisco, Alípio Augusto Marcos, Manuel António de Sá Mico, Maria Delfina Guiomar Sarmiento, Manuel António Pinto dos Santos, António Miguel Vinhas Romão, Carlos Alberto Brás Cabanas Justo, David da Silva Martins, João Manuel Rodrigues Alves e Jorge Orlando Pires Asseiro.-----

De seguida, indagou os presentes, no sentido de alguém querer intervir relativamente, à ata da sessão ordinária do dia vinte e sete de fevereiro de dois mil e vinte. Não havendo quem pretendesse usar da palavra, esta foi, posteriormente, posta à votação, tendo sido aprovada por maioria com 9 abstenções. -----

**PONTO UM - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA -----**

(Artigo 52.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de doze de setembro) -----

**Abertas as inscrições, usaram da palavra:-----**

**JOÃO MANUEL RODRIGUES ALVES (PS)** – Fez a seguinte intervenção: “ Sr. Presidente, neste período de antes da ordem do dia venho aqui para lhe falar do Azibo, que sendo uma área englobada na minha freguesia, embora muita gente não o saiba, e embora esteja



*C. J. Car*  
*[Signature]*

diretamente tutelada pela Câmara Municipal, não deixa de me preocupar, pois há aspetos que são indissociáveis, e sou frequentemente abordado por pessoas que não sabem diferenciar, onde começa e onde acaba a minha responsabilidade. Como sabem por vezes ando por lá e as pessoas abordam-se com situações às quais eu não sei responder porque não são da minha área, porque como já referi a Câmara é que tutela aquele espaço, embora às vezes haja situações que se confundem um bocado, como é o caso dos caminhos que é uma competência da Junta mas na área envolvente ao Azibo é a Câmara que arranja e por vezes origina algumas situações que urge definir. Em primeiro lugar queria dizer-lhe que estou muito preocupado e apreensivo em relação ao que aí pode vir ao nível da saúde pública relacionada com a problemática do COVID-19. Pelo que tenho visto, e só ainda estamos a começar a época balnear já se verifica uma afluência às praias muito superior ao que se tem verificado nos anos anteriores. É perfeitamente normal que assim seja pois trata-se certamente do resultado das promoções que têm sido feitas do nosso território, no entanto, face ao atual estado das coisas temos aqui um grande dilema para gerir. Por um lado precisamos que as pessoas venham para dinamizarmos o comércio local, por outro lado existe um grande receio por parte da população de que os turistas venham infetados e que nos transmitam a doença. Na altura dos feriados do 10 de junho tanto em Podence como em Santa Combinha parecia uma romaria de turistas que por lá andavam despreocupados, queriam visitar a Casa do Careto, as Igrejas, tirar fotografias com as pinturas sem o mínimo de cautela, sem máscaras a falar com as pessoas nas ruas, enfim, um grande problema, que fez com que me chegassem grandes preocupações de alguns habitantes das aldeias. No dia 10 de junho reuniu a Assembleia de Freguesia e tinha pessoas à porta a querer falar comigo a pedirem-me para fazer alguma coisa porque estavam preocupadas. E, agora eu pergunto. O que podemos fazer? -----

Sr. Presidente, o que estão a pensar fazer em relação ao controle do número de pessoas que vão frequentar as praias? Vai haver controlo, não vai, vai haver número máximo estabelecido? Da parte da Junta de Freguesia se houver alguma coisa que possamos fazer para além da colaboração que estamos a dar na tentativa da resolução do problema dos Parques de Estacionamento, estamos ao dispor para ajudar naquilo que nos for possível. Conte connosco. Gostava também que nos esclarecesse em relação às obras que ali estão a ser realizadas e em relação à adjudicação dos equipamentos públicos de apoio às praias, pois tenho ouvido comentários de que andaram a tirar o negócio às pessoas de Macedo para os dar aos de fora. O que se passa realmente com isso? Pode esclarecer-nos? -----

Quero ainda dar-lhe os parabéns deixando aqui o meu ponto de vista pela implementação dos equipamentos desportivos que estão a ser construídos na Praia da Pegada. Tenho observado alguns comentários nas redes sociais que criticam a localização destes equipamentos, dizendo que ali não vão ser aproveitados, que deveriam ser em Macedo. Enfim, a velha dicotomia da Cidade com as aldeias. Até parece que Santa Combinha e Podence não fazem parte de Macedo. Mas já agora pergunto, para onde é que as pessoas que moram na Cidade vão ao fim-de-semana? Será que a quantidade de carros que vejo passar da minha varanda aos

sábados e domingos no acesso ao Azibo são só turistas de fora, ou também serão de Macedo? Será que as pessoas não vão gostar de ali poder usufruir desses equipamentos? Ou será que todo este burburinho que constantemente se cria em relação a este e outros assuntos não é nada mais que uma tentativa de se deitar areia nos olhos às pessoas que votam na Cidade? Pela minha parte, confesso que já começo a ficar enfasiado de ver alguns comentários de alguns iluminados, que nada fazem para contribuir para o desenvolvimento da nossa terra mas que estão constantemente a criticar tudo o que se faz. Neste caso, por exemplo, na área da minha freguesia antes, havia um lameiro irregular cheio de buracos e de fragas, desaproveitado onde não se passava absolutamente nada. Agora estão ali implantados diversos equipamentos onde toda uma família pode praticar desporto, um espaço útil e que embeleza de sobremaneira aquele local, e, quando o meu espanto, lá começam os comentários dos habituais maledicentes a “malhar” no Executivo. Meus senhores e minhas senhoras, isto não é sério. Isto não é forma de ajudar ao progresso da nossa terra. Em Macedo vamos finalmente ver concretizadas obras, há tanto tempo almejadas e ninguém me perguntou a mim, como deveriam ser feitas. Se deveriam construir um campo de ténis ou um ringue de patinagem. Mas será que por isso tenho o direito de ir para o facebook “desancar” na Câmara? Sejam sérios de uma vez por todas. -----

Sr. Presidente gostava também de saber, pois não tenho tido oportunidade de o questionar em relação ao assunto. O que se passa com o Cais do Parque de Merendas? Também vi alguns comentários em relação a isso. Que intervenção é que está a ser feita? Há também a questão da preocupação em relação aos equipamentos que ali estão implementados. Parece-me que haveria a necessidade de implementar vigilância noturna, principalmente nas praias. Por último, e para concluir, gostaria que me ajudasse na limpeza da Estrada Nacional 15 e na Estrada do Zoio, já que na área da minha freguesia a Junta Autónoma de Estradas já limpou uma vez porque são duas estradas. Do Cruzamento do Zoio até ao Nó do Azibo é da Junta Autónoma de Estradas e a do Zoio também, e como referi já limpam uma vez mas, neste momento, há erva com mais de 1 metro e várias pessoas já me abordaram dizendo que aquilo está uma vergonha e precisava que a Câmara me ajudasse a resolver esta situação.” -----

**ANTÓNIO NUNO BATISTA MENDES DE MORAIS (PSD)** – Que disse “ Gostaria de transmitir ao Sr. Presidente da Câmara algumas preocupações que tenho e obter os esclarecimentos que o senhor entender. Uma das coisas que me preocupou foi naquela obra do Quartel da GNR ter sido feito a remoção de uma parte de um telhado de amianto que ali estava e que vim a saber mais tarde, uma vez que é uma obra cujo dono é a Câmara em que segundo a legislação, o Decreto – Lei n.º 63/2018 é muito explícito quando diz que a remoção das fibras de amianto dos edifícios deve ser executada por Empresas devidamente licenciadas e autorizadas. E, o ponto a seguir diz em relação ao destino dos resíduos que “os resíduos resultantes da atividade de remoção do amianto são encaminhados para destino final adequado devidamente licenciado e autorizado para receber este tipo de resíduos, nos termos da legislação em vigor”. Sr. Presidente, eu não sei em relação ao primeiro ponto, se a empresa que removeu está



*Handwritten signature*

licenciada ou não, mas, tenho sérias dúvidas. Agora, saber que os resíduos foram depositados na Zona Industrial para servir de aterro custa-me bastante. Acho que é um crime ambiental pelo qual tenho que lhe perguntar qual é a responsabilidade do Executivo Autárquico porque eu soube, e penso que a maior parte das pessoas desta Cidade tiveram conhecimento disso, tendo em conta os riscos para a saúde pública foi um autêntico crime ambiental, para além de que, vai contra a legislação em vigor. Gostava portanto de um esclarecimento cabal em relação a esta questão porque tem de ter consequências para alguém. O ponto número dois: os dados comparativos do desemprego 2018/2019 em período homólogo de março a março no nosso concelho denota um aumento de valores sem influência da Pandemia do COVID-19, mostram um aumento de 20%. Estes dados são públicos e penso que o Sr. Presidente terá conhecimento deles e estranho bastante, e é óbvio que esta pandemia veio agravar isto e estranho de alguma maneira até em algumas medidas que foram implementadas durante a Pandemia, de amortizar um pouco a mesma e não tenha havido preocupações em relação à parte empresarial e medidas até proactivas que a Autarquia podia ter tido de combate a estes dados, que são alarmantes pois somos o segundo concelho do Distrito com o desemprego homólogo mais alto, quando podemos ver o concelho vizinho com dados negativos de desemprego. Gostava também do comentário do Sr. Presidente acerca desta questão e ouvir que medidas, perante estes dados, planeia implementar para de alguma maneira ajudar as pessoas, os comerciantes e os empresários do concelho. Dizer-lhe também, que fiquei bastante triste pelo facto de ter esquecido completamente durante a Pandemia, os nossos agricultores. Sr. Presidente fiz-lhe várias propostas no sentido de que uma vez que a sanidade já estava apoiada a 50% para fazer excepcionalmente esse aumento, mas não o fez, expliquei-lhe que de alguma maneira os nossos agricultores estavam “encharcados” de animais jovens porque não havia consumo (cordeiros e outros animais que tiveram de ser alimentados porque não havia venda e o Presidente da Câmara não ajudou e os nossos agricultores também sentem isso. Pedir-lhe portando de alguma maneira que não é, e muito bem feito pelo Eng<sup>o</sup>. Palma ao qual dou os parabéns e o seu mérito a este Mercado de Produtos da Terra, uma coisa que a Autarquia voltou a esquecer foi a questão da parte animal. Em relação ao Azibo e como o Deputado Municipal, João Alves tinha dito, e dou-lhe toda a razão, pretendia só perguntar-lhe mais umas coisinhas. Diga-nos quem são os membros da Comissão Diretiva da Paisagem Protegida do Azibo. Quanto é que vai ser hasteada a Bandeira Azul nas Praias da Paisagem Protegida do Azibo, porque sei que enquanto as obras nos bares não forem acabadas não há Bandeira Azul. Em relação às obras do corte de ténis e do campo de vólei de praia dizer e esclarecer com o Deputado João Alves o seguinte: aquelas obras estão incluídas numa zona que em PDM é considerado Zona de Proteção e Conservação da Natureza, por isso o lameiro e as árvores estavam lá, e, o projeto apresentado à APA, dizia que a intervenção que ali ia ser feita era uma intervenção que iria minimizar os impactos ambientais uma vez que aquilo é uma zona de conservação. Para mim, aquilo é uma cicatriz na paisagem, demos uma facada naquela paisagem. São investimentos e opções que se fazem, não temos todos a mesma opinião e é respeitável mas, na minha opinião, é uma cicatriz que ali fica,

desnecessária e para além disso parece-me e tenho dúvidas que o projeto apresentado à APA e aprovado por esta corresponda àquilo que está lá agora. Em relação ao Geoparque, na anterior Assembleia debateu-se esta questão e pergunto para quando a entrada dos trabalhadores do Geoparque nos quadros da Autarquia?" -----

**RICARDO JORGE SALSAS BATISTA (PS)** – Que fez a seguinte intervenção: “ Dia 15 de março de 2012 o Parlamento Europeu emitiu uma declaração relativamente à introdução do Xadrez na Escola e entre os motivos que por lá apontou considerava que o Xadrez acessível às crianças de todos os grupos sociais podendo contribuir para a coesão social e para objetivos políticos como a integração social, o combate à discriminação, a redução dos índices de criminalidade e até mesmo a luta contra diversas dependências. Considerando que seja qual for a idade da criança o Xadrez pode melhorar a sua concentração, paciência e persistência e pode desenvolver a criatividade, intuição e memória bem como competências de análise e tomada de decisão, considerando que o Xadrez também ensina a determinação, a motivação e o desportivismo. Na sequência dessa mesma declaração em 2012 o Parlamento Europeu recomendou que os países integrantes da União Europeia lançassem pelo menos um programa de Xadrez entre os 7 e os 12 anos por considerarem que é a idade crítica no seu desenvolvimento pessoal. Nesse sentido a Associação de Xadrez de Bragança propôs um desafio às Câmaras de Macedo, Bragança e Mirandela, no sentido de as três Câmaras de forma a rodarem entre si fizessem um Torneio de Xadrez, sendo que cada uma delas seria responsável por todo este tipo de processos, cabendo no caso concreto a Macedo a primeira Edição. Naturalmente, além dos 3 Municípios e da Associação de Xadrez de Bragança tivemos também o apoio da Federação Portuguesa de Xadrez e de forma intermédia e informal a própria Federação Internacional de Xadrez. Nesse sentido na Associação de Xadrez decidimos também que não devia ser só um simples torneio de Xadrez e que deveríamos envolver todas as Entidades Públicas e Privadas para que o torneio não fosse apenas só das pessoas que jogam Xadrez mas que tentasse chegar ao máximo possível e pudesse ser distribuído por todo o nosso território concelhio. Assim, nesse sentido, assumimos conversas com diversas Instituições das quais destaco a Associação Comercial, Industrial e Serviços de Macedo de Cavaleiros, o Geoparque, a Unidade Pastoral da Divina Misericórdia, o Agrupamento de Escolas de Macedo de Cavaleiros e o Agrupamento de Escolas Abade Baçal de Bragança. Todos juntos conseguimos atrair para o torneio 54 atletas, destes 67% são da nossa região (Macedo e Mirandela) e mais de 50 % têm todos idade igual ou inferior a 18 anos. Nas nossas contas através deste torneio conseguimos contribuir para a economia local à volta de 1300 euros, que foram distribuídos em restaurantes, hotéis e unidades de alojamento local e para além disto trouxemos famílias que passearam e deram movimento às ruas da Cidade. A avaliação do evento foi extremamente positiva por parte de quem preencheu os elementos de avaliação, destacando a nossa Cidade, a nossa comida, os nossos restaurantes e os nossos hotéis. Queria agradecer a presença do Sr. Presidente da Assembleia e de outros elementos que eu pude contactar, apesar de ser em cima da hora, agradecer também à Câmara Municipal





*Handwritten signature and initials*

e à Junta de Freguesia pelo apoio prestado. Estiveram presentes atletas de 8 nacionalidades e ao longo do torneio esteve sempre presente um espírito que só quem lá esteve é que sabe o bom ambiente em que decorreu. A próxima edição irá decorrer em Bragança em 2021." -----

**DAVID DA SILVA MARTINS (PSD)** – Que fez a seguinte intervenção: " Sr. Presidente da Câmara venho agradecer publicamente a sua disponibilidade e rapidez com que resolveu o problema provocado pela tempestade que se abateu em maio na minha freguesia, com maior prejuízo na aldeia de Espadanedo. Para quem não sabe a Rua da Igreja ficou completamente destruída e a aldeia ficou dividida em duas partes e a resposta dada pelo Sr. Presidente foi essencial para a situação se resolver tão rápido. Fico feliz por ter ouvido a minha opinião e repor a calçada de toda a rua e não somente alguns troços como antes previa fazer. Desta forma, apesar de ser um bocadinho mais caro ficamos com uma obra sólida, onde se poupará dinheiro posteriormente. Em relação à tempestade os prejuízos gerados não foram só nessa rua, por toda a freguesia os caminhos que já se encontravam muito mal ficaram em pior estado, onde em alguns casos não se pode transitar sem ser a pé. Já dei conhecimento desta situação ao Sr. Presidente, ao Sr. Vereador Rui Vilarinho mas em nenhum dos casos obtive resposta, até cheguei a pedir ajuda à EDRU – Empreendedorismo e Desenvolvimento Rural para resolver esta situação mas também não obtive resposta. O Desenvolvimento Rural sem vias de circulação que façam ligação aos terrenos não existe e para resolver os problemas da agricultura é necessário começar pela base, ou seja, pelas vias de circulação. Que importa haver feiras e mercadinhos quando alguns não podem aceder aos terrenos para fazer as suas colheitas? Como está em causa uma grande parte da colheita de cereais e fenos que servem para alimentar os animais no Inverno e este Executivo se diz pela Agricultura e pelos apoios ao Agricultor, solicitava agora uma resposta do Sr. Presidente sobre as máquinas da Câmara Municipal. Vão ou não vão arranjar os caminhos da minha freguesia e se vão quando? Porque ontem já era tarde. Vão deixar estragar as colheitas dos agricultores da minha freguesia, vão colocar em perigo a vida das pessoas que vão arriscar com tratores ou outras máquinas agrícolas a circular nesses caminhos mesmo não tendo condições mínimas de segurança, porque é melhor prevenir do que depois virmos falar nos acidentes, que as pessoas não têm formação e que não têm cuidado e lavarmos as mãos como César para não ficarmos com o peso dessas vidas na nossa consciência. Há buracos com dezenas de metros de comprimento e 70 a 80 centímetros de profundidade, há valas enormes que além de por em causa a segurança das pessoas, vão destruir a conduta que liga Bousende a Espadanedo. Não deixe por favor degradar o património do Município porque se intervir a tempo é dinheiro que poupa, e tanta falta faz. Sr. Presidente coloque a mão na consciência e por favor envie as máquinas para os caminhos da freguesia o mais rápido possível. As pessoas da minha freguesia não merecem o que lhe está a fazer. Eles são macedenses como os do lado Nascente ou do lado Sul do concelho. São parte do concelho como os das outras freguesias e não as use para me atingir a mim. Sr. Presidente vou entregar-lhe os emails porque como não obtive resposta não

tenho a certeza se os recebeu e também as fotografias do estado em que se encontram os caminhos.” -----

**HENRIQUE MANUEL CRUJO MENDES PALMA (PS)** – Começou por dizer: “ No que diz respeito ao EDRU, questão abordada pelo Sr. Deputado Municipal David Martins, não tive conhecimento que tenha tido qualquer informação a solicitar qualquer apoio ao EDRU em relação aos caminhos em Espadanedo. Tivemos conhecimento de problemas relativamente a um produtor de leite que estava com problemas para escoar o mesmo e tudo fizemos para o tentar resolver”. De seguida relativamente à sua intervenção disse o seguinte: “ Em boa hora o município decidiu apoiar a sanidade animal, é de facto uma medida extremamente importante para o setor pecuário do nosso concelho e que tem um impacto direto nos produtores das raças autóctones. Só para ficarem com a ideia dos montantes que o município vai disponibilizar, no caso dos Bovinos existem no concelho 149 explorações que têm um efetivo de 1.641 animais, o montante total da Sanidade Animal será de 19.692,00 euros, sendo que o município irá participar com 50% que será 9.846,00 euros. No caso dos pequenos ruminantes são 272 explorações com um efetivo de 20.526 animais, sendo o montante da Sanidade 24.631,20, sendo a participação do município de 50% que será de 12.315,60 euros. A participação total do município ao setor animal é de 22.161,60 euros para o ano de 2020. Pessoalmente penso que este apoio poderia e devia no futuro ser dado pela CIM-Trás-os-Montes, este é um problema de grande parte dos concelhos do Distrito, todos têm efetivos pecuários uns mais que outros, mas seria uma forma deste organismo apoiar e fomentar a produção das nossas raças autóctones, este deveria ser um dos principais objetivos da CIM, quer no setor animal quer no setor vegetal/florestal, como é o caso da vespa da galha do castanheiro porque todos estes problemas sanitários são transversais a todos os concelhos do distrito. Neste contexto da sanidade animal e porque foram enviadas cartas a todos os produtores pecuários, queria solicitar aqui o apoio dos Srs. Presidentes de Junta no sentido de informar e facilitar os produtores quando os mesmos se lhes dirigirem a solicitar quaisquer esclarecimentos sobre esta carta, alertando que o apoio se refere unicamente e só à sanidade animal obrigatória, é sobre esse montante gasto pelo produtor que incide a participação de 50% e que os documentos necessários são a fatura/recibo da despesa e o respetivo IBAN do produtor. Assim, facilitaria a deslocação por vezes em vão dos agricultores aos Serviços, sem levarem os documentos corretos para este processo. Seria, uma forma de agilizar e tornar menos moroso este processo. -----

Outra questão está relacionada com o consumo local e a questão animal. E, sobre isso dizer o seguinte: “ Quanto foi criada esta plataforma fomos contactados pela DGADR em relação à integração desta plataforma no “alimenta quem alimenta”. Fomos contactados pela DGADR em relação à integração nesta plataforma do “Alimenta quem Alimenta”. Foi sugerido por nós porque fizemos contactos e tínhamos alguns produtores, que fosse criada inclusivamente uma plataforma só virada para a pecuária, e isso foi feito. Esta plataforma tanto quanto sabem foi desenvolvida pelo Ministério da Agricultura em parceria com a Secretaria de Estado da



Caro  
A

Agricultura e Desenvolvimento Rural e com a Direção Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural, a Rede Rural Nacional, a Direção Geral de Alimentação e Veterinária, as Direções Regionais de Agricultura e Pescas, a Federação Minha Terra, os Grupos de Ação Local e os Municípios. O objetivo principal destas plataformas on-line é a promoção e divulgação de circuitos curtos alimentares, que visa aproximar produtores e consumidores e fomentar o consumo de produtos locais, assim como dinamizar o recurso aos mercados de proximidade, de modo a apoiar os pequenos agricultores no escoamento dos seus produtos, visto que esta fase da pandemia COVID-19 veio bloquear todos os circuitos de comercialização disponíveis, concretamente a restauração, hotelaria, feiras e mercados municipais. Esta foi uma forma de minimizar os problemas económicos criados aos agricultores, assim, o consumidor pode entrar em contacto direto com o agricultor/produtor e este fazer chegar o seu produto ao consumidor. Para isso basta qualquer produtor de forma simples e rápida, efetuar o seu registo para anunciar os seus produtos e cabazes disponíveis para encomenda. Após o registo, o produtor passa a constar numa listagem de produtores de todo o continente, disponibilizando os seus contactos diretos para todos os que procurem a aquisição de produtos frescos e locais. O nosso Município contribuiu com um número elevado de contactos/inscrições, no caso da nossa plataforma local "consumo local" temos 112 produtores dos mais variados produtos agrícolas, no caso da plataforma nacional "Alimenta quem Alimenta" temos 51 produtores em 96 inscritos pelo Distrito de Bragança, representando 56% dos produtores do nosso Distrito. Tanto quanto sei, é uma grande preocupação do Município continuar a apoiar os produtores/agricultores a escoar os seus produtos, quer através destas plataformas quer através da realização dos pequenos mercados denominados "Produtos da Terra". Esperemos que os produtores continuem a aderir como tem vindo a acontecer, solicito também o apoio aos Srs. Presidentes de Junta no sentido de colaborarem na divulgação dos nossos produtos locais, só assim é que conseguimos tornar estes mercados mais dinâmicos e apetecíveis a quem nos visita e também aos consumidores locais, se não estivermos todos focados em apoiar e ajudar os agricultores/produtores não conseguimos desenvolver e promover o nosso concelho e torná-lo mais sustentável para quem cá vive e mais interessante e importante para aqueles que nos visitam e que o vão divulgar. Se não promovermos os nossos produtos endógenos e a nossa gastronomia não temos turismo, a paisagem e a cultura por si só não arrasta turistas, tem de existir um pacote global integrado para que estes se desloquem e desfrutem do mesmo. Terminando dizendo, estamos a atravessar um momento histórico sem precedentes, verifica-se que nunca o futuro dependeu tanto daquilo que juntos somos capazes de pensar e planear o presente. É nisto que todos devemos refletir." -----

**ALÍPIO AUGUSTO MARCOS (PSD)** – Que disse: “ O que me traz aqui neste momento é a falta de tudo da Câmara para a minha freguesia e neste momento a questão da falta de água novamente. Já aqui falaram no desenvolvimento, não criticarem, mas eu volto a dizer-lhe a minha aldeia é a segunda maior do concelho e é a mais próxima de Macedo e em 3 anos investiram lá zero, para tirarmos o problema da falta de água e há uma solução para o

problema criada pela Junta de Freguesia e eu pergunto porque motivo não é utilizada? Ontem estivemos 24 horas sem água em toda a aldeia e se há uma solução que só depende na abertura de dois passadores. Custa assim tanto fazer esse pequeno gesto? E, desta forma o povo fica com água. Peço-lhe que não se esqueça da minha freguesia porque parece que está a ser castigada e não há nenhuma necessidade de ser assim. As pessoas ficam chateadas porque há uma solução, que como já disse foi criada pela Junta de Freguesia e logo que tinham conhecimento que a água faltava abriam o passador da água das nascentes e a aldeia tinha água, embora não desse para muito tempo mas era uma forma de aliviar um pouco o problema. Isto dá trabalho mas por favor não nos esqueça.” -----

**MANUEL ANTÓNIO DE SÁ MICO (PS)** – Fez a seguinte intervenção: “ As minhas primeiras palavras são para a notícia relativamente à isenção do pagamento de taxas para os feirantes. Relativamente ao Azibo pretendo lançar um repto à Assembleia Municipal. Apesar de saber que já estão a estudar isso mas, o Partido Socialista quer apresentar aqui uma proposta que vai no sentido de que seja constituído os Parques e que sejam pagos o mais rapidamente possível, pois achamos que 1 euro a 1 euros e meio por dia, se conseguirmos passar isso é uma forma de rentabilizarmos aquele espaço nem que seja apenas o dinheiro que se gastou lá que possamos ter o retorno através desse pagamento. Tenho falado com várias pessoas, nomeadamente de Bragança e Mirandela e contrariamente ao que possa parecer elas dizem que não veem mal nenhum e temos de pensar e tomar uma decisão. Como sabem a Câmara investe no Azibo todos os anos e não temos obtido retorno nenhum. Acho que isto é para todos os macedenses, haver um acordo de regime e que depois ninguém venha reclamar. Não. Devemos ser todos em conjunto e aqui nesta Assembleia Municipal pensar seriamente nisso pois não há nenhum mal e isso já acontece em vários sítios no País e é viável. É uma questão de trabalharmos a sério nisso, arranjar os terrenos, fazer os Parques e depois estabelecer uma portagem de 1 euro ou 2 por dia. Outra questão é a seguinte: houve no tempo da anterior Câmara e na altura bem feito que foi a legalização das curriças e armazéns e ao que sei foram muitos legalizados. Mas agora essa legalização parou e tenho alguns agricultores que se queixam que os processos ficaram parados e a minha pergunta é quantos estão nessa situação e tentarmos ajudá-los porque isso faz muita falta aos produtores. Queria ainda dizer que faz agora um ano que eu falei na Assembleia Municipal no apoio à sanidade animal e ficou estabelecido que teria um apoio de 50% mas se pudesse passar para os 100%, os agricultores ficariam certamente muito gratos.” -----

**O Senhor Presidente da Assembleia Municipal** passou a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara Municipal**, para que este pudesse responder às questões colocadas pelos Senhores Deputados.-----

**O Sr. Presidente da Câmara Municipal** relativamente às questões que lhe foram colocadas começou por responder: “ Relativamente ao Deputado Municipal, João Alves e as suas preocupações das condições de segurança na área da sua Freguesia e concretamente na



*Handwritten signature*

Albufeira do Azibo e suas praias, dizer-lhe que já existe a compra dos sensores para o controle das pessoas e que todas as medidas de segurança serão observadas. Dizer-lhe que nos foram concedidas capacidade de instalação de veraneantes acima daquelas que a própria Câmara tinha definido o que comprova que já tínhamos tido um cuidado ainda maior do que as Autoridades Nacionais têm. As condições de segurança vão ser observadas, o controle será feito pelas autoridades de segurança. Relativamente à ajuda que a Junta de Freguesia disponibilizou quero louvar essa disponibilidade e dizer-lhe que de facto é com atitudes proactivas, com pensamentos positivos e ideias e sugestões do que pode ajudar a relevar o nosso concelho nesta Assembleia que realmente vale a pena ter esse tipo de intervenções para produzirmos algo de construtivo. Quanto ao negócio das praias dizer que isto é um concurso público nacional, ninguém fica de fora, todos podem candidatar-se mas é óbvio que quando temos pessoas que oferecem propostas que são 4 ou 5 vezes superiores às que algumas pessoas que já estavam instaladas ao longo de anos pensavam que iriam continuar a ter, é óbvio que a Câmara tem de, com toda a transparência aceitar quem ganha o concurso. Depois se conseguem, ou não, manter a qualidade das instalações e, se no ano seguinte irão continuar, isso aí não é nossa preocupação de imediato, mas depois iremos fazer o controle da qualidade e da manutenção das instalações que servem o público. Falou também dos equipamentos desportivos na praia e disse que ficou satisfeito porque temos ali uma freguesia que também pode usufruir de equipamento desportivo merecido. Aquele equipamento desportivo serve não só a Freguesia, serve também os cerca de 300 mil veraneantes que ali vão durante os meses de verão, e todos aqueles que usam os percursos e toda a área do Azibo durante o resto do ano. Penso que foi uma boa opção porque em todo o mundo nas áreas de lazer de praia existem equipamentos desportivos. Relativamente ao equipamento familiar posso congratular-me porque tenho visitado frequentemente o Azibo e vejo que as famílias usufruem e principalmente os jovens e quem diz que não é utilizado é porque não frequenta o Azibo. Relativamente ao Cais do Parque de Merendas posso dizer que em 30 anos nunca houve cuidados de manutenção daquele equipamento e estava de facto degradado mas teve uma reparação parcial na época anterior que acabou por ser danificada pelos vários movimentos de nível de água e pela utilização. No corrente ano houve a necessidade de corrigir todo o equipamento que já está adjudicado e em breve estará disponível. Este foi um processo moroso porque teve de se fazer uma apreciação das condições de ancoragem do Cais. Relativamente à vigilância das praias é evidente que vão ser vigiadas e os equipamentos podem estar seguros no período entre as 20.00h e as 08.00h. Sobre a Estrada Nacional 15 e a estrada que liga Podence ao Zoio, como disse e muito bem, também entendo que é injusto estarem a endereçar-lhe responsabilidades sobre isso porque são Estradas pertença das Infraestruturas de Portugal e a autoridade que tenho aí é apenas junto dos Ministérios e Instituições competentes fazer pressão e exigir que sejam conservadas e isso eu já fiz. ----- Quanto à intervenção do Deputado Municipal Nuno Morais agradeço as preocupações e falou na questão do amianto na obra da GNR. Como deve saber a remoção do amianto é feita pela empresa que deve ser especializada, esta responsabilidade não é da Câmara mas é óbvio que

agora com esta informação irei indagar o que se passa mas tenho a certeza que não está na Zona Industrial. É verdade que existiam lá resíduos de amianto que foram lá colocados durante o mandato do executivo anterior e quando fomos alertados para essa situação de imediato mandamos remover, mas também é verdade que nessa altura ninguém se preocupou com o crime ambiental. Relativamente ao desemprego que diz ser alarmante, não tenho estes dados através do Centro de Emprego mas irei também tentar saber o que se passa até porque não tenho a perceção deste aumento de 20% do desemprego. Disse também que o nosso Executivo esquecia os agricultores e sobre esta questão gostaria que fosse mais específico porque ainda agora houve aqui uma intervenção do Coordenador da EDRU a dizer que houve uma série de incentivos e iniciativas, nomeadamente a plataforma "Consuma Local" onde estão mais de 50 indivíduos inscritos. Quanto à pergunta sobre os membros da Comissão Diretiva da Paisagem Protegida da Albufeira do Azibo estamos à espera da publicação no Diário da República mas posso dizer qual a sua constituição que é Vereador Rui Vilarinho, Eng.ª Cristina Ferreira e um Eng.º do ICNF, a nomear. Quanto ao facto do hastear ou não a bandeira azul, obviamente que será hasteada quando houver condições para o fazer. Foi-nos atribuída e ela é nossa e vai ser hasteada. Relativamente ao projeto do Parque Desportivo disse que chocava. Este Parque ainda não está concluído e fico muito triste quando aqui faz acusações de desonestidade à minha equipa. Relativamente à questão da integração dos elementos do Geoparque nos quadros da Câmara dizer que na última Assembleia realizada pelo Geoparque não houve uma decisão unânime e conclusiva e teremos de fazer uma outra, no entanto isso não significou que parássemos com o processo e nós tivemos o assessor jurídico da Câmara a analisar a questão e quando tivermos certezas que podemos avançar com a integração obviamente que a iremos fazer. -----

No que diz respeito à intervenção do Deputado Municipal Ricardo Batista o que aqui disse é mais um exemplo de uma iniciativa louvável e que revela persistência e um interesse contínuo por uma atividade pela qual tenho algum carinho, embora não seja um exímio praticante de xadrez e enchi-me de orgulho quando vi a realização do I Torneio de Trás-os-Montes realizado em Macedo de Cavaleiros e que foi um sucesso. -----

Relativamente à intervenção do Deputado Municipal, David Martins começo por agradecer as palavras simpáticas e dada a ocorrência em Espadanedo logo que tive conhecimento não demorei a chegar ao local e manifestei a preocupação de estar presente porque eu falo com todos os Presidentes de Junta sem sequer olhar a partidos políticos. Não há da nossa parte freguesias esquecidas mas não podemos trabalhar em todas ao mesmo tempo e temos de privilegiar algumas intervenções e tal como há buracos nos caminhos em Espadanedo há noutras freguesias, mas ninguém fica para trás pois todas as aldeias vão ter intervenção. -----

Quanto à intervenção do Deputado Municipal Henrique Palma não é necessário dizer mais nada e quanto à proposta apresentada sobre a sanidade animal ser comparticipada de 50% para 100% não é nada de transcendente e obviamente que a vamos aceitar e fazer o melhor pelos agricultores. Sobre a Plataforma "Consuma Local" agradeço os dados que hoje nos deixou. -----



*Gj*  
*ee*  
*[Signature]*

A intervenção do Deputado Municipal Alípio Marcos sobre a falta de água em Vale de Prados dizer-lhe que há falta de água em várias aldeias do concelho e particularmente nos últimos dias. Hoje fui abordado por um Eng.º das Águas de Portugal a alertar-me que duas coisas se passavam em Macedo, ou perdas de água gravíssimas ou roubos de água. Perante isto cada um de nós é responsável em cada freguesia por saber onde há roubos de água porque não é normal os depósitos terem as máquinas a trabalhar e não encherem é porque alguma coisa se está a passar e a água tem de ser desviada para algum lado. Quanto aos passadores da água já estão abertos desde a manhã de hoje em Vale de Prados. -----

Relativamente à intervenção do deputado Municipal Manuel Mico que abordou a questão da isenção do pagamento de taxas a comerciantes e feirantes esta foi efetivamente uma das medidas tomadas neste enquadramento da pandemia do COVID-19. Sobre o pagamento do estacionamento nos parques do Azibo é uma coisa que já devia ter sido feita há mais tempo pois temos tido uma grande dificuldade em negociar os terrenos e em implementar os Parques necessários no Azibo precisamente pelas restrições a nível da CCDRN, APA e ICNF. Mas não estamos parados e estamos a trabalhar nessa área, tivemos já várias reuniões e vamos continuar porque queremos ter os parques pagos mas com condições e a proposta apresentada é pertinente e corroboro dela. Quanto à legalização dos armazéns de apoio agrícola a Câmara continua a fazer esse trabalho. -----

**Abertas novamente as inscrições, usaram da palavra.** -----

**ANTÓNIO NUNO BATISTA MENDES DE MORAIS (PSD)** – Que disse: “ Em relação à proposta que o Deputado Municipal Manuel Mico apresentou referente ao pagamento dos parques é óbvio que poderemos considerar mas é preciso esclarecer quais parques. Os que estão lá é uma situação e os que no futuro por aí vierem a situação é um bocado mais complicada porque não vamos estar a passar um cheque em branco sobre uma coisa que não conhecemos. Por isto ia-lhe pedir que a Câmara na próxima reunião nos apresentasse a planificação que tem de parques para o Azibo porque ao aceitarmos aqui uma proposta que seja feita é como já referi um cheque em branco para uma coisa que mais tarde poderemos estar contra. Em relação ao apoio à sanidade animal a proposta não é minha, é dos agricultores, portanto agradeço-lhe que em ano eleitoral seja um mãos largas. Não são os meus agricultores, são os seus são os nossos e muito obrigado para que assim seja para todo o concelho e para todas as freguesias neste ano que se avizinha. Em relação à plataforma de comercialização é óbvio que sou testemunha e não o nego, do bom trabalho que o Eng.º Henrique Palma tem feito, mas ele sabe tão bem como eu, que nem todos os nossos agricultores estão conectados à Internet e sabe tão bem como eu que um agricultor em Latães, por exemplo o Sr. Hérmينو, não vai pegar num cordeiro vivo e enviar por uma transportadora ou pelo correio para o Porto ou para qualquer outro sítio. Ele tem de levar o animal para o matadouro, tem de pagar as taxas, tem de o embalar em vácuo e tem de preparar a carcaça para o enviar. O problema é que é muito bonita a plataforma mas em termos práticos, o que



pergunta é que resultado é que deu pois isso é que interessa. Efetivamente a plataforma do Ministério da Agricultura é tecnicamente muito bem-feita, mas interessa perguntar que resultado é que teve. Por exemplo o Sr. Hérmino na Páscoa estava desesperado para vender os cordeiros e telefonava aos amigos que conhece desta terra a perguntar se lhe ficavam com os cordeiros e toda a gente apoiou e compraram mas, como ele há outros pelo concelho e, o problema é esse. Com os leitões está a passar-se a mesma coisa, os produtores estão encharcados e por isso é que fizemos a proposta, uma vez que são animais que não saíram vão ficar nas explorações, que o Município auxiliasse na alimentação animal, pois não custava nada dar 100 ou 150 euros a cada agricultor para esse fim. Esta é uma situação excepcional para 2 ou 3 meses e estranhei e continuo a estranhar a falta de sensibilidade da Câmara para estas coisas no imediato e é por isso que transmito esta preocupação. Em relação ao Azibo esclarecer o seguinte, é óbvio que quem ganhou a arrematação dos bares está ganho. Mas agora eu pergunto: nas condições do concurso não estavam previstos 4 meses de utilização do espaço? Com as obras como estão e a serem concluídas no final do mês de julho, ou provavelmente inacabadas ainda pergunto também que utilização é que esse vencedor do concurso vai ter? Provavelmente poderá pedir o ressarcimento à Câmara porque as condições que vai ter não são aquelas que estavam no concurso e por isso deixo-lhe esta dúvida. Em relação ao amianto, e uma vez que levantou aqui suspeitas também de um outro crime ambiental gostava que houvesse por parte do Sr. Presidente um esclarecimento cabal e saber para onde é que aqueles resíduos todos foram, tanto os que foram retirados do edifício da GNR e os que disse que lá estavam antes, porque isto é um crime ambiental independentemente de quem o tenha cometido. Em relação ao emprego e com toda a estima e consideração que tenho por si, fico triste que não saiba os dados do emprego no nosso concelho. Em relação à Comissão Diretiva da Paisagem Protegida da Albufeira do Azibo, embora os nomes sejam indicados pela câmara sabe muito bem que para ter efeito legal precisam, de ser autorizados pelo Ministério do Ambiente e serem publicados em Diário da República. Com toda a consideração que tenho não penso que em 3 anos, nem sei de publicação nenhuma, onde é referida a Comissão que o Sr. Presidente disse aqui tenha sido nomeada pelo Ministério do Ambiente. Em relação aos Campos de Jogos eu não pus em causa as pessoas, nem estou na política para por em causa pessoa nenhuma, tenho respeito como quero que me respeitem a mim, e eu respeito os outros. O que eu disse foi que que o projeto tinha dúvidas, porque o projeto que foi para a APA tem lá umas arvoretinhas e a primeira coisa que acontece agora é que as árvores foram agora todas cortadas. Para terminar, o Sr. Presidente disse que fez isenção de taxas para comerciantes mas não fez. Fez isenção de taxas para os comerciantes que estão no Mercado Municipal, única e exclusivamente porque todos os outros comerciantes do nosso concelho viram zero." -----

**JOÃO MANUEL RODRIGUES ALVES (PS)** - Que disse: " O Deputado Municipal Nuno Morais fez referência à minha intervenção, e nesse sentido pretendo dizer-lhe que respeito a sua opinião em relação ao atentado urbanístico que veio acabar com a paisagem da Praia da Fraga





*Handwritten signatures and initials in the top right corner.*

da Pegada com a falta das árvores. Mas o meu ponto de vista não é o mesmo, aliás também não é o mesmo de algumas pessoas que pensam que aquela obra era da Junta de Freguesia e me vieram dar os parabéns porque estava muito bem e muito bonito. Já em relação aos pareceres da APA e até de outras Entidades que muitas vezes regulam o nosso território digo-lhe o seguinte: já cá ando há mais de 20 anos e já passei por todo o tipo de situações em relação às Entidades que representam o nosso território e não é pelo facto de um técnico representar uma Entidade que lhe dá plena sabedoria e a verdade absoluta e não significa que aquilo que ele decidiu seja mais verdadeiro do que aquilo que nós que ali vivemos todos os dias achamos. Aliás posso dar-lhe um exemplo: a câmara tem um projeto feito para o estacionamento das praias, nomeadamente da Praia da Ribeira e a APA vem agora dizer que esse projeto não é implementável de uma vez porque é demasiado grande, mas se for implementando aos poucos o mesmo projeto já é exequível. Isto assim terá alguma lógica? É melhor estacionarem os carros na Estrada Nacional ou deixá-los por ali a monte ou chegarem ao entendimento que há necessidade de um parque de estacionamento para os automóveis e fazê-lo. Mas não, é a APA que decide e que manda. Portanto aquilo que a APA decidiu em relação ao Campo de Jogos da Barragem também não me convence, o que me convence enquanto responsável por aquela freguesia é que estou muito contente que o mesmo tenha sido feito, tal como estou contente pelas árvores no lameiro terem desaparecido e ainda lhe digo mais, árvores e parques verdes e zonas naturais é o que nós mais temos no concelho só que isso sozinho não vai trazer desenvolvimento para o futuro dos nossos filhos.” -----

**DAVID DA SILVA MARTINS (PSD)** – Que disse: “ Sr. Deputado Municipal Henrique Palma quando falei no mail que mandei para o EDRU acabei por dizer que eu próprio tinha trazido hoje cópia dos mesmos porque como não tive a resposta de ninguém deduzi que podiam não os ter recebido. Em relação ao Sr. Presidente da Câmara dizer-lhe que ando há dois anos a mostrar-lhe os orçamentos, a dar conhecimento das obras que quero executar e até hoje não deu nenhum apoio, nem nenhum cêntimo e agora vem opinar como eu gasto o dinheiro da minha Junta. Desculpe mas não tem esse direito nem à opinião sobre isso. Para isso há o Executivo da Junta e a Assembleia de Freguesia. Se calhar Talhas consegue investir nos caminhos porque tem as máquinas da câmara, tem a câmara a fazer as obras que se calhar competiam fazer à Junta, tem reforço de verbas no meio do orçamento de 50 mil euros, tem verba no início do orçamento de 50 mil euros e eu disso não tenho nada. Então acho-me no direito de a verba da minha freguesia que foi entregue pelo Governo de a gastar onde eu quiser, desde que seja bem gasta e no benefício das pessoas da minha freguesia. Em relação aos caminhos não estou a pedir nem mais nem menos do que faz com as outras Juntas de Freguesia. Estou a pedir-lhe que mande as máquinas da câmara eu pago o Gasóleo, se for preciso eu pago as horas extra ao funcionário do Município para ele conseguir trabalhar mais horas e assim ter lá menos tempo a máquina presa, eu dou a refeição ao funcionário que anda com a máquina para evitar deslocações e para que possa trabalhar durante mais tempo para que seja mais produtivo para nós e para a câmara. Relativamente aos buracos que pode ver

nas fotografias, não são uns caminhos normais, são as valas da conduta que vai de Bousende para Espadanedo, ou seja a 10 ou 20 cm dessa terra que pode ver aí, está a conduta da câmara. Podemos fazer uma sinergia, o Sr. Presidente empresta-me a máquina, eu pago o gasóleo, arranjo os meus caminhos e ao mesmo tempo eu tapo a conduta da câmara. E, isto é o que se chama trabalhar em sinergia, eu faço um favor à câmara e ela também me vai fazer um favor a mim e assim estamos os dois a investir.” -----

**HENRIQUE MANUEL CRUJO MENDES PALMA (PS)** – Que fez a seguinte intervenção: “ Quería dizer ao Deputado Municipal Nuno Morais que o EDRU está disponível, sabemos o tipo de agricultores que temos, as dificuldades que têm, estamos disponíveis e sempre estivemos e transmitimos isso a todos os Presidentes de Junta, para qualquer tipo de apoio, quer seja na colocação dos produtores na plataforma ou qualquer outro tipo de apoio. A questão que foi lançada na altura em que foi criada a plataforma local deparamo-nos com a situação dos borregos e outros animais. Pusemos essa questão à DGADR que por sua vez criou a tal estrutura de pecuária e os agricultores que têm dificuldades devem fazer-nos chegar essa informação para ser encaminhada para o Ministério e podermos ajudar a resolver as questões da melhor forma.” -----

**O Senhor Presidente da Assembleia Municipal** passou a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara Municipal**, para que este pudesse responder às questões colocadas pelos Senhores Deputados.-----

**O Sr. Presidente da Câmara Municipal** começou por responder às primeiras questões do Deputado Municipal Nuno Morais e disse: “ sobre a planificação e futuro dos Parques de estacionamento isto foi um projeto a seu devido tempo posto à consideração na CCDRN e tiveram algumas restrições pela ambição do parque que queríamos e depois com todas as restrições do ICNF e da APA, tivemos de reformular o projeto que virá oportunamente para conhecimento da Assembleia Municipal quando estiver definitivamente candidatado. Não se trata de passarem um cheque em branco porque queremos que aprovelem as coisas devidamente legais e sem agressividade ao meio ambiente. Ficou-lhe muito bem dizer que a proposta foi dos agricultores, mas quem de facto a apresentou aqui foi o Sr. Deputado e não lhe podemos tirar esse mérito. Relativamente à plataforma de consumo local e quando referiu que nem toda a gente está conectada à Internet é óbvio que isso a mim ainda me enche mais de orgulho pois termos uma população ou com mais acesso à Internet, ou temos uma população realmente rural muito esclarecida e instruída porque de facto nós conseguimos estar acima da média nacional. Falou também na divulgação da produção animal e recordo-me que na altura da Páscoa tínhamos uma plataforma que a solicitação de exemplares de animais para compra já não conseguia dar resposta à existência de efetivos, ou seja havia 4 mil animais disponíveis e a solicitação era de 7 mil e como podem verificar houve sempre a preocupação de trabalharmos em rede e de os ajudar. Relativamente ao auxílio à alimentação animal naquele período crítico não tive conhecimento porque como é óbvio teríamos ajudado com



*Handwritten signatures and initials in the top right corner.*

alguma verba. Sobre a questão do amianto nada mais tenho para dizer. Sobre o Ministério do Ambiente a verdade é que ainda não nomeou a Comissão Diretiva da Paisagem Protegida da Albufeira do Azibo mas aguardamos que o faça e que seja publicado no Diário da República. No que diz respeito à área do Parque Desportivo do Azibo, gostei da intervenção do Deputado Municipal João Alves porque sintetizou tudo e disse tudo aquilo que eu já tinha dito antes, que em toda a Europa, por todo o lado os recintos desportivos polivalentes, neste caso um campo de futebol de praia em areia que não fere nada o ambiente substituiu um lameiro que nesta altura estava sempre num estado deplorável. Relativamente à isenção do pagamento de taxas nos comerciantes, ninguém foi esquecido pois caso não saiba houve comerciantes todos eles isentos dos consumos de água e entre eles alguns tinham consumos mensais de 600€ e também as taxas de esplanadas foram isentadas. Nunca foi feita qualquer discriminação, antes pelo contrário o Município de Macédo foi o que mais ajudou e acarinhou toda a gente. ----- Quanto à intervenção do Deputado Municipal João Alves já tive oportunidade de agradecer. ---- Sobre a intervenção do Deputado Municipal David Martins dizer que estamos a conseguir dialogar sinergicamente cada vez mais e isso é bom porque é isso que esta Câmara pretende, dialogar com todos sinergicamente. ----- Relativamente à intervenção do Deputado Municipal Henrique Palma foi importante o que aqui nos disse e cada vez mais acredito no vosso trabalho e que juntos poderemos fazer mais. -----

De imediato o **Presidente da Assembleia Municipal** colocou à discussão a proposta do Partido Socialista sobre o Estacionamento pago no Azibo. -----

**Abertas as inscrições, usaram da palavra.** -----

**ANTÓNIO NUNO BATISTA MENDES DE MORAIS (PSD)** – Que disse: “ Quando falamos em Azibo, falamos sobretudo em ambiente e as pessoas quando vêm para o Azibo não procuram certamente a Costa da Caparica de modo que eu peço que retire a proposta e depois de uma proposta fundamentada da Autarquia possamos ponderar a implementação, ou não, de um pagamento nos Parques, porque uma questão é se o pagamento é só nos parques, se é fora dos parques, se é na área da paisagem protegida toda, porque senão corremos o risco de inclusivamente haverem carros na estrada e esse controle tem de ser feito. Portanto, uma vez que a Autarquia ainda tem projetos a decorrer de Parques que não sabe ainda que capacidade vão ter e onde é que vão ser feitos, acho que é um bocadinho prematuro estar a sugerir à Autarquia que implemente o pagamento dos parques, portanto sem dados mais concretos o nosso voto é contra.” -----

**MANUEL ANTÓNIO DE SÁ MICO (PS)** – Que disse: “ O que eu sugeriria era um pacto de regime para os parques que forem aprovados, ou seja o que propus é que a Assembleia se pronunciasse relativamente aos parques que vierem a ser aprovados pela APA e pela CCDRN,

com a intenção de dar um estímulo ao Executivo para fazer isso. Contudo posso retirar a proposta e trazê-la novamente acompanhada de documentação numa próxima reunião." -----

De seguida o Presidente da Assembleia Municipal disse que a recomendação à Câmara Municipal está feita e propunha que os Partidos se reúnam com o Executivo e na próxima Assembleia tragam uma proposta bem fundamentada para que todos fiquem de acordo. -----

**PONTO 2.1 – INFEÇÃO PELO CORONAVÍRUS, SARS-COV-2 (COVID-19) / ATOS PRATICADOS – AGENDAMENTO AO ABRIGO DO ARTIGO 7.º B DA LEI N.º 12/2020, DE 7 DE MAIO** -----

**O Presidente da Assembleia Municipal** deu conhecimento ao Plenário que o Executivo reuniu e discutiu com a Comissão Permanente estes atos que praticou e dos quais foi dado conhecimento a esta Assembleia Municipal. Este assunto foi agendado para conhecimento da Assembleia Municipal e vou abrir um período de discussão sobre este assunto.-----

**Abertas as inscrições, usaram da palavra.** -----

**ANTÓNIO LUÍS GOMES (PS)** – Que fez a seguinte intervenção: “ O que me traz aqui é o COVID-19, é esta guerra sem armas. E sobre isto quero dar os parabéns à Câmara Municipal na pessoa do Sr. Presidente por aquilo que desenvolveu neste mesmo COVID-19. Isentou do pagamento das águas e resíduos sólidos as pessoas mais carenciadas, entregando um cabaz às pessoas que mais necessitavam dele, falando com os Presidentes de Junta em relação aos medicamentos porque as pessoas depararam-se com muita dificuldade em consegui-los porque não tinham receita e o Sr. Presidente teve esse cuidado de forma a que todos os Presidentes de Junta arranjassem as receitas e depois fez chegar os medicamentos numa carrinha própria que depois o Presidente de Junta distribuía e as pessoas ficaram muito gratas por este gesto. Deixo aqui os parabéns, continue assim que está no caminho certo, porque o fez sem nenhum aproveitamento político e as pessoas de certeza que não vão esquecer.” -----

**DAVID DA SILVA MARTINS (PSD)** – Que disse: “ Na Comissão Permanente foi pedido à Câmara que as medidas que foram tomadas fossem alargadas a quem tivesse perdido rendimentos por algum motivo relacionado com o COVID-19, fosse por redução salarial ou por desemprego, o Grupo do PSD e do CDS falamos na altura sobre isso e o Sr. Presidente da Câmara disse que ia pensar no assunto e é com tristeza que nós vemos que não foi aceite a nossa posição. -----

Quero dar também os parabéns ao Município na pessoa do Sr. Presidente pelas medidas que tomou no combate ao controlo da epidemia. Se foram suficientes ou não o tempo nos dirá e foram importantes no tempo em que vieram. Sobre o aproveitamento político o Deputado Municipal António Gomes já disse tudo, mas é importante dizer que o surto ainda não acabou e, se o nosso Município foi tão rápido a implementar medidas também o foi a acabar com elas.



Handwritten signatures and initials in the top right corner.

Deixou-se cair num estado de apatia e a esquecer a saúde e segurança dos seus funcionários principalmente. Sr. Presidente quais as medidas que o Município tomou de modo a prevenir e proteger os seus funcionários no regresso aos locais de trabalho? Foi dada ou afixada informação do modo como os funcionários se devem comportar? Como por exemplo como se devem comportar com a higienização das mãos, ou com a etiqueta respiratória. Está a ser praticada a automotorização dos sintomas? Quantos termómetros distribuiu pelos Departamentos da Câmara Municipal? Reestruturou os Gabinetes de modo a garantir uma distância de segurança entre os funcionários de 2 metros como recomenda a DGS? Foi colocada marcação ou sinalização nos diversos locais para alertar para essa distância de segurança? Foi feita alguma coisa até agora para se recorrer ao teletrabalho, caso haja outro surto do COVID-19? Porque como o Sr. Presidente sabe há funcionários do Município que devido a razões de saúde dos próprios ou de familiares, ou ainda por terem crianças pequenas na escola têm que meter os dias para o apoio à família e quando isso acontece perdem 33% do salário mais 11% da segurança social, ou seja mais de 40% do rendimento é afetado e era fácil nalguns casos recorrer-se ao teletrabalho sempre que possível. Por último, como é que está a ser feita a desinfeção e higienização das superfícies? Aqui nesta Assembleia já vi que está a funcionar bem mas gostava de saber como está a ser feita no Município porque desloquei-me ao atendimento e é verdade que os funcionários têm um acrílico à sua frente que nos separa deles mas a realidade é que a pessoa que estava à minha frente quando saí o balcão não foi desinfetado e eu entrei, e quando eu saí o balcão não foi desinfetado e outro senhor entrou para o meu lugar, além disso entramos e sentamo-nos todos na mesma cadeira, e aqui eu acho que seria melhor o atendimento em pé e que as funcionárias do atendimento tivessem um borrifador para fazer a desinfeção no meio de cada utente que atendem na parte do balcão para que o Município não seja um foco de contaminação. O Sr. Presidente é um profissional de saúde sabe melhor do que eu ou do que qualquer um de nós do que se trata e por isso apesar de não ser tão visível é também essencial tomar cuidados com os funcionários da Câmara.” -----

**O Senhor Presidente da Assembleia Municipal** passou a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara Municipal**, para que este pudesse responder às questões colocadas pelos Senhores Deputados.-----

**O Sr. Presidente da Câmara Municipal** relativamente às medidas COVID-19 disse: “Quem não gosta de ouvir as palavras simpáticas que o Sr. Presidente de Junta de Freguesia de Ferreira, Sr. António Gomes aqui proferiu. É óbvio que fico muito orgulhoso porque nós também gostamos de ouvir palavras simpáticas e confortantes. Desde a primeira hora posso dizer-vos que o Município de Macedo esteve na primeira linha do combate. Teve a responsabilidade de assumir medidas muito antecipadamente. Antecipamos os problemas e é verdade que também fomos talvez o segundo Município afetado e isso obrigou-nos a atuar precocemente mas gostaria de usar esse elogio para todos os Presidentes de Junta indistintamente pois é verdade que houve uns que foram heróis, outros foram mais ou menos

heróis e outros foram menos heróis mas, todos eles trabalharam e todos eles estão aqui hoje nesta sala e só tenho de agradecer a forma como eles colaboraram com os munícipes e os seus cidadãos. E, tivemos aqui pessoas que usaram todo o tempo que tinham depois do seu trabalho, e mesmo durante o tempo de trabalho, para estarem com as suas populações. É com estas atitudes e com esta presença que se dá o exemplo e esses são os verdadeiros Presidentes de Junta, são esses que têm o verdadeiro espírito de missão. Portanto o elogio que aqui fez o Deputado António Gomes é para todos vós e eu pessoalmente, tenho um especial carinho para com alguns e eles sabem para quem eu me dirijo, porque de facto eles foram muito heróis. Tivemos uma despesa de 110 mil euros com o COVID-19 e houve uma grande preocupação com a saúde e uma grande preocupação social, com as pessoas que tiveram os seus rendimentos diminuídos e pessoas que ficaram desempregadas. Aquelas que não nos chegaram porque houve algumas pessoas que por desconhecimento não pediram ajuda junto do serviço social e essas não podíamos adivinhar e foi por isso que tentamos junto dos Presidentes de Junta auscultar e fazer a monitorização de todas as pessoas que necessitavam, mas chegaram algumas queixas de que alguns Presidentes de Junta não estavam a fazer o rastreio devido, ou seja, tivemos Presidentes de Junta que nos acusaram que não estávamos a beneficiar toda a gente mas o que é certo é que nessas freguesias houve pessoas que me vieram dizer que também não estavam a ser devidamente beneficiadas pelos Presidentes de Junta. Pela parte do Município sempre se fez tudo através do serviço social para não discriminar ninguém e não pode ser acusado de agir de má-fé. -----

Quanto ao facto de não fazer campanha tenho de admitir que por vezes tenho alguma dificuldade em me mostrar e o meu interesse era que os próprios Presidentes de Junta fizessem a entrega nas suas freguesias e foi por isso que me debati e o trabalho foi feito, que isso é que é importante. -----

Relativamente à intervenção do Deputado Municipal e Presidente de Junta David Martins sobre a reunião da Comissão Permanente, as pessoas vítimas de desemprego e que redução salarial dizer-lhe que a Câmara em termos de despacho talvez não tivesse sido muito abrangentes, mas tentamos ser justos e iguais e avaliamos caso a caso e com os critérios devidos, tentando ajudar todos os que o solicitaram. Quanto às medidas de segurança e saúde no Município e dos trabalhadores, como todos sabem fomos dos primeiros Municípios a mandar os trabalhadores para casa mas, também reconheço como disse o Sr. Deputado e muito bem, que também fui dos primeiros a reintegrar os trabalhadores com as devidas medidas de segurança, por razões obviamente económicas e porque o nosso município só consegue laborar e subsistir se tivermos a economia em movimento. Isto é o que preconiza o Governo e o Presidente da República e estamos a fazê-lo com segurança. Quanto ao teletrabalho não foi possível autorizá-lo devido à pirataria informática e isso foi devidamente explicado aos trabalhadores. “ -

**O Presidente da Assembleia Municipal** sobre este assunto deu conhecimento que quando a Câmara Municipal reuniu com a Comissão Permanente foram propostas algumas alterações como referiu o Sr. Deputado só que não podiam ser feitas porque o despacho da Câmara já tinha sido feito e reuniram apenas para dar conhecimento à Comissão Permanente. -----



*Handwritten signatures and initials in the top right corner.*

**PONTO 2.2 – APRECIACÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL ACERCA DA ATIVIDADE MUNICIPAL, ELABORADA NOS TERMOS DA ALÍNEA c) DO N.º 2 DO ARTIGO 25.º E DO N.º 4 DO ARTIGO 35.º, AMBOS DO ANEXO I À LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO -----**

Pelo excelentíssimo senhor **Presidente da Câmara Municipal**, foi dada uma breve explicação acerca da informação escrita sobre a atividade da Câmara Municipal, que aqui se dá como integralmente transcrita, ficando a fazer parte integrante desta ata.-----

**Abertas as inscrições, usaram da palavra:-----**

**ANTÓNIO NUNO BATISTA MENDES DE MORAIS (PSD)** – Que disse: “ Pretendia que o Sr. Presidente me esclarecesse uma situação que tem a ver com a questão e a interligação que há com o COVID-19 e o ponto da situação das Candidaturas do Município sobretudo sobre o PEDU, PERU e do PAMUS. Ouvei que em termos da CIM poderia haver alguma hipótese da Comissão de Coordenação da Região Norte até final de julho para se avançar com as obras uma vez que são candidaturas aprovadas queria aqui o compromisso do Sr. Presidente da Câmara de que realmente todos os projetos candidatados pelo Executivo anterior que de alguma maneira nenhum deles corremos o risco de perder o financiamento, ou seja que tudo o que estava contratualizado vai avançar porque a estratégica política que este Executivo adotou que verte para o último ano toda a execução de obra. Não discuto essa estratégia mas posso por dúvidas no facto de termos estado 3 anos sem obras e agora no último ano do seu mandato vai executar as obras, acho que o concelho e as pessoas não mereciam este tratamento. Perguntar também se existe algum risco ou não, ou se nos pode dar alguma garantia que todos os projetos vão ter execução.” -----

**MANUEL ANTÓNIO DE SÁ MICO (PS)** – Que fez a seguinte intervenção: “ No seguimento da intervenção do deputado Municipal Nuno Morais, quando disse que há um atraso nas obras de 3 anos não é bem assim porque o PEDU e o PERU foi aprovado em 2015 e houve um Município vizinho que foi Mirandela que quando o anterior Executivo saiu as obras estavam quase todas feitas e a atual Presidente ainda não fez obras porque o anterior já as tinha feito no âmbito do PERU e do PEDU e com o mesmo valor. É portanto, na minha opinião um pouco descabido vir aqui dizer que este Executivo esteve à espera para fazer obra no último ano de mandato quando toda a gente sabe que houve muitos projetos que tiveram de ser retificados, outros ainda não estavam lançados como é o caso do Parque da Cidade que a expropriação foi feita há pouco tempo. E já agora perguntar ao Sr. Presidente como é que estão as obras, quando começam e quais são as que vão começar brevemente. Gostaria que desse conhecimento a esta Assembleia como é que estão os pagamentos a fornecedores do Município. E, ainda que nos dissesse qual é o ponto da situação da negociação da dívida com



as Águas, nomeadamente se há negociações para entregarem as Águas a terceiros, e qual é a posição do Município sobre esta questão. Outro assunto que é muito importante tem a ver com uma reunião que o Sr. Presidente teve recentemente com o Ministro do Planeamento e pretendia saber quais foram as questões que discutiram e se abordaram a questão da Revisão do Plano do Azibo que já há tanto tempo que é pedido e necessário.” -----

**O Senhor Presidente da Assembleia Municipal** passou a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara Municipal**, para que este pudesse responder às questões colocadas pelos Senhores Deputados.-----

**O Sr. Presidente da Câmara Municipal referiu:** “ relativamente às candidaturas do Município dizer que não tenho estratégia política nenhuma, que só tenho uma estratégia que é municipal, do cidadão e estou aqui com espírito de missão pois politicamente poucos interesses tenho e por isso mesmo trabalho com qualquer facção política e com qualquer orientação política desde que o interesse comum seja o interesse do Cidadão. Se chegamos ao terceiro ano sem execução de candidaturas PEDU isto deve-se ao facto de que nós só tínhamos herdado do Executivo anterior uma candidatura, que foi reprovada que foi a do Parque da Cidade do resto só havia documentos de intenções e nós tivemos de elaborar todas as candidaturas que têm os seus timings e demora tempo e além disto, há também algumas habilidades políticas que não são nossas porque como devem saber quer queiramos ou não há pessoas em lugares importantes de decisão que não são do PS são do PSD e essas habilidades não são inocentes. Eu não faço estratégia política mas há alguém que o faz em relação a mim para que não possa inaugurar obras mas acreditem que vamos inaugurar obras e que vamos ter as obras todas em curso. Relativamente ao PEDU temos de elencar e todas as obras têm de estar a concurso até ao final do mês de julho. Neste momento as obras adjudicadas em execução fazem cerca de 6 milhões e 409 mil euros e são as seguintes: - Reabilitação do edificado do bairro de S. Francisco de Assis – 1.º Lote; - Reabilitação do Quartel da GNR em Macedo de Cavaleiros; - Requalificação da Carreira de Tiro em Macedo de Cavaleiros; - Abastecimento de água e colocação de ETAR em Nozelos; - Colocação de um Reservatório na Sobreda; - Infraestruturas na Rua Gil Vicente; - Parque Urbano de Macedo de Cavaleiros; - Abastecimento de Água a Nogueirinha, abastecimento de água da Estrada Nacional 102 e saneamento em Macedo; - Saneamento em Bornes; - Em Parcerias com as Freguesias mais de meio milhão de euros; - Pavimentação na Zona Industrial; - Reabilitação da estação ferroviária de Macedo de Cavaleiros; - Requalificação Urbanística do Bairro de S. Francisco de Assis; - Placa de Estacionamento de Aeronaves no Heliporto e a Requalificação da Rua Principal de Talhas num só Lote; - Pavimentação da Zona Oficial (há tanto ambicionada); - Estrada que liga os Cortiços à Cernadela – 1.ª Fase; - Rua dos Bombeiros; - Rua Álvaro de Castro em Macedo de Cavaleiros; - Centro Hípico de Grijó; - Colocação de ETAR na Burga e Nozelos. Obras que estão a concurso: - Requalificação do Edifício dos Paços do Concelho; - Reabilitação do Mercado Municipal; - Largo da Estação; - Rua Eça de Queiroz. E, até finais de julho o que nos falta lançar é: - A Requalificação da Escola, conseguida através de uma luta brutal e de idas





*Handwritten signatures and initials in the top right corner.*

sem conta aos Ministérios; - A VICITY I (lançada até finais de julho); - A VICITY II; - A Envolvente ao Mercado Municipal (reorganização urbana em volta do Mercado); - A Central de Camionagem; - A Estrada do Lombo. Isto tudo dá quase 13 milhões de euros em obra. Este é o compromisso que posso ter convosco, é que de obra adjudicada temos 6 milhões de euros; a concursar 3 milhões de euros e até finais de julho o que resta são 3 milhões 229 mil euros. Não acredito que estas obras estejam em risco porque vão ser lançadas a concurso na plataforma em tempo útil. -----

Relativamente à intervenção do Deputado Municipal Manuel Mico complemento o que aqui disse porque respondi aos dois Deputados Municipais em simultâneo. O PEDU irá ser executado. -----

**PONTO 2-3 – PRESTAÇÃO DE CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2019 NOS TERMOS DO ARTIGO 33.º, N.º 1, ALÍNEA i) DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA SUA REDAÇÃO ATUAL / APRECIACÃO E VOTAÇÃO NOS TERMOS DA ALÍNEA I), N.º 2 DO ARTIGO 25.º DO ANEXO I À LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA SUA REDAÇÃO ATUAL -----**

**O Presidente da Assembleia Municipal** colocou à consideração do plenário a proposta da Câmara Municipal, aprovada em reunião de doze de junho de dois mil e vinte, que se transcreve. -----

**“ PRESTAÇÃO DE CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2019 NOS TERMOS DO ARTIGO 33.º, N.º 1, ALÍNEA i) DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO NA SUA REDAÇÃO ATUAL: DELIBERAÇÃO -----**

Presente o documento de Prestação de Contas do exercício de 2019, o qual foi elaborado de acordo com as regras do POCAL e da resolução do Tribunal de Contas n.º 3/2012 – 2.ª Secção e n.º 4/2001 – 2.ª Secção, as quais regulam a organização e documentação das contas das Autarquias Locais perante aquela Entidade. -----

O Documento fica, devidamente rubricado, pelos membros do executivo, arquivado na pasta correspondente a esta reunião. -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal, por unanimidade dos presentes, deliberou, aprovar os Documentos de Prestação de Contas do exercício de 2019, e remetê-los à Assembleia Municipal nos termos da alínea I), n.º 2 do artigo 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.” -----

**O Presidente da Assembleia Municipal** informou o Plenário que está presente nesta reunião o Sr. Auditor de Contas e responderá a perguntas que os Srs. Deputados Municipais entenderem por bem fazer-lhe. -----

**Abertas as inscrições, usaram da palavra. -----**

**FERNANDO HUMBERTO GOMES (PS)** – Fez a seguinte intervenção: “ Permitam-me que aqui neste lugar possa fazer uma apreciação financeira das contas entre 01 de janeiro a 31 de dezembro do ano de 2019. -----

Como já foi referido o ano passado aquando da apreciação das contas de 2018, apesar das dificuldades com que este Executivo se defrontou quando tomou posse, encontrando uma casa completamente desarrumada, as contas começam a ficar certas e a informação que chega aos deputados finalmente possui credibilidade. Apesar dos acertos que ainda estão a ser efetuados para corrigir erros do passado, entre 2018 e 2019 os Fundos Próprios aumentaram 489.000€ e o Passivo diminuiu 1.064.400€. Nunca é demais referir que o passivo do Município desceu de 27,8 milhões de euros em 2017 para 25,5 milhões de euros em 2018 e, para 24,7 milhões de euros em 2019. Ou seja, em 2 anos já desceu 3,1 milhões de euros. Quanto às receitas do Município, estas passaram de 15,9 milhões de euros em 2017 para 16,7 milhões de euros em 2018 e para 17,1 milhões de euros em 2019. Ao nível dos custos verifica-se um agravamento dos mesmos entre 2018 e 2019 na ordem dos 2,5 milhões de euros, com destaque para: - os Fornecimentos e Serviços Externos (cerca de 680.000€) em consequência do incremento dos custos com a manutenção de viaturas do Município (cerca de 140.000€); registo de faturas transitadas do anterior mandato relativas a reparação de fugas de água, reposição de pavimentos, limpeza de bermas, etc (cerca de 280.000€) e trabalhos especializados de elaboração de projetos para o abastecimento de água nas aldeias (cerca de 25.000€), projeto de reabilitação da Estação da CP (cerca de 70.000€) e o Projeto de Reabilitação do Mercado (cerca de 70.000€). -----

Os gastos com o Pessoal (cerca de 384.800€), essencialmente em consequência do descongelamento de carreiras e atualizações salariais obrigatórias, bem como a contratação de novo pessoal. As transferências e subsídios concedidos (cerca de 214.000€) com destaque para o aumento das transferências para as freguesias (cerca de 72.000€) e reabilitação de habitações de pessoas com carência económica, apoio à educação, etc. (cerca de 90.6000€). Os custos e perdas extraordinárias (cerca de 1.833.000€) cuja explicação se encontra bem detalhada na Nota 8.2.2 do Anexo às Contas, ou seja: alienação/abate dos lotes na Zona Industrial (cerca de 226.750€); transferências de capital para obras nas freguesias (cerca de 176.000€); reversão da provisão das Águas do Norte em resultado do acordo de pagamento (cerca de 1.417.000€). Estas 3 operações no seu conjunto somam cerca de 1.820.000€. Apesar do resultado líquido em 2019 ser negativo, e do significado de lucro ou prejuízo numa autarquia não servir para apreciar o Executivo pois depende de muitas variáveis, conforme se encontra bem explicado na Nota 8.2.2 do Anexo às Contas e atrás já mencionado, tal resulta do registo de valores extraordinários com especial destaque para o processo Águas do Norte. Caso contrário, ainda que pouco, as contas do Município até apresentariam um resultado líquido positivo na ordem dos 53.500€. Encontra-se em curso o trabalho de identificação e avaliação do património municipal, infelizmente interrompido em virtude da questão associada às restrições impostas pelas autoridades sanitárias consequência do COVID-19. Como irei referir novamente mais adiante, trabalho este que será fundamental para ficarmos a saber



*Handwritten signatures and initials in the top right corner.*

quais os bens propriedade do Município de Macedo de Cavaleiros, qual o seu valor e efetuarmos uma transição para o novo Sistema de Normalização Contabilísticas das Administrações Públicas (SNC-AP) como deve ser feita. -----

Quanto ao tipo de relatório emitido pelos auditores do Município, aquilo a que se chama "escusa de opinião", pela leitura do texto é perfeitamente perceptível a sua justificação, pois a mesma está associada à falta de inventariação e valorização dos bens municipais, trabalho que se encontra em curso e que infelizmente teve de ser interrompido como atrás referi. Trabalho que em abono da verdade, já deveria ter sido feito há muitos anos atrás mas, infelizmente, ignorado pelos anteriores Executivos. Aliás, quando este trabalho estiver terminado, seremos único concelho do Distrito com uma informação desta natureza, completa e rigorosa, o que demonstra bem a visão deste Executivo em termos de futuro e de verdade das contas.

Os Auditores do Município, à semelhança do que já aconteceu o ano passado, referem ainda na Certificação Legal das Contas que não obtiveram dos auditores da AMTQT (Associação de Municípios da Terra Quente Transmontana) e da Resíduos do Nordeste, EIM, S.A os elementos que pediram e necessitavam. Assim, pergunto ao Sr. Presidente da Câmara se sabe dizer-nos porque razão não lhe forneceram os dados e se a Câmara de Macedo interveio no Processo? -----

Ainda relativamente à Associação (AMTQT) referem os Auditores do Município que a Certificação Legal das Contas da AMTQT contém uma reserva no montante de 1.701.382€, valor sobre o qual os Auditores da Associação não conseguem dizer nada, pois não obtiveram resposta das entidades que devem dinheiro à Associação, às cartas enviadas para confirmação de saldos, situação já recorrente pelo menos desde 2014. Aliás, refere o Auditor do Município que parte desta dívida no montante de 1.450.000€ já vem, pasme-se, de 2014. Ficamos perplexos como nunca tínhamos sabido nada disto antes desta nova equipa de auditoria do Município ter sido contratada. -----

Pergunto ao Sr. Presidente da Câmara: - Como é possível ano após ano quem deve, não responder nem pagar? Nem enviar tão pouco um simples extrato de conta corrente a dizer se devem e quanto devem? Ou será que não devem nada e as contas da Associação (AMTQT) estão erradas em 1.701.382€? -----

Sr. Presidente da Câmara, como membro do Conselho Diretivo da Associação (AMTQT) tenha muito cuidado com a documentação que lhe é dada para assinar e mande urgentemente, quem saiba, fazer um trabalho como dever ser para esclarecer duma vez por todas este assunto. Sim, porque em caso de perda a quota-parte do Município de Macedo de Cavaleiros ronda os 442.300€. -----

Relativamente à Resíduos do Nordeste, EIM, S.A., na qual o Município de Macedo tem uma participação de 11,2%, segundo os dados públicos existentes, importa realçar o seguinte: - O resultado líquido do exercício de 2017 foi positivo de 99.133€, tendo sido pago o montante de 67.085€ de IRC; - O resultado líquido do exercício de 2018 foi positivo de 386.684€, tendo sido pago o montante de 52.788€ de IRC; - O resultado líquido do exercício de 2019 foi positivo de 368.440€. Não tendo ainda contas publicadas de 2019, desconhecemos quanto foi pago de

IRC. No entanto, se considerarmos uma taxa média de IRC em 2019 igual à de 2018, teremos qualquer coisa na ordem dos 70.000€ de IRC. -----

Ora, será que faz sentido uma empresa que serve apenas para tratar Resíduos do Nordeste apresente lucros desta magnitude e pague estes montantes de IRC? Na nossa opinião sinceramente não, pois isso será sinónimo de que os Municípios estão a pagar taxas superiores às que eventualmente deviam, ainda por cima quando o IRC pago pela Resíduos do Nordeste não vai servir para mais nada a não ser ir parar aos cofres do Estado. Não queremos com isto dizer que seria melhor ter prejuízo. Não. Queremos é dizer que os Municípios talvez pudessem pagar taxas de tratamento de resíduos mais baixas, e com esse dinheiro apoiar mais os seus munícipes, que certamente bem precisam. -----

Sugiro ao Sr. Presidente da Câmara: - A necessidade de obtenção de esclarecimentos mais detalhados e objetivos sobre esta matéria, nomeadamente se fazem sentido as taxas cobradas pelo tratamento de resíduos; - Eventualmente propor um reajustamento nas tarifas cobradas, de forma a não pagar IRC desnecessário, até porque o objetivo das empresas municipais não será, certamente, a obtenção do lucro. -----

Por último – o problema de saúde pública COVID-19: - Congratulamo-nos com as decisões tomadas a vários níveis e atividades desenvolvidas pelo Executivo, em articulação com as entidades públicas e privadas do concelho e a sociedade civil, em prol das populações mais envelhecidas e carenciadas, proteção do emprego e salvaguarda da dignidade da pessoa humana; - Decisões/ações que alguns dirão que foram poucas. É natural haver sempre quem critique, mas o mais importante é fazer aquilo de que somos capazes dentro das nossas possibilidades, sob pena de hipotecarmos o futuro; Estamos conscientes que sem a ajuda do Município e das várias Instituições, as coisas teriam sido muito mas muito complicadas; - Estamos igualmente conscientes que, face à escassez de recursos financeiros do Município, teremos de nos unir e apoiar incondicionalmente um orçamento retificativo para 2020. -----

Sr. Presidente da Câmara conte connosco pois cá estaremos para o apoiar neste longo caminho que ainda tem pela frente e não estamos a falar apenas até ao fim deste mandato. O Município precisa de si, da sua generosidade e dedicação para voltar a ser um lugar onde vale a pena viver. Mesmo sendo um concelho de poucos recursos financeiros, somos certamente um concelho de enormes valores morais, sociais e humanos." -----

**ANTÓNIO NUNO BATISTA MENDES DE MORAIS (PSD)** – Que disse: “ Sr. Presidente da Câmara eu não sou perito em contas e o documento é muito exaustivo pelo que me limitei apenas a analisar os dados das primeiras páginas do documento. E porque me surgiram algumas dúvidas pretendia que as pudesse esclarecer. Na página 7 do documento, nas despesas correntes tem juros e outros encargos, que teve um aumento muito grande que se cifra em 519 mil euros. Como se justifica este acréscimo depois de durante o ano de 2019 de juros só terem pago cerca de 15.877€, que valores estão aqui envolvidos para o pagamento desta quantia. A única explicação que eu encontro tem a ver com a condenação que a Câmara teve em tribunal por não ter cumprido os Acordos com as Caixas Agrícolas em que foi



ij  
ew  
gh

condenada a pagar cerca de 500 mil euros em 2019, de juros e 300 mil euros em 2020. Portanto o não cumprimento dos Acordos com as Caixas de Crédito implicou a condenação da Câmara ao pagamento de um acréscimo ao que já se devia. Em relação à página de 8 a 11, no item 218 que tem a ver com “clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa”, que teve um aumento brutal e pergunto-lhe pois pressuponho que tem a ver com dívidas da água, isto tem a ver com receitas que estão por cobrar, tem a ver com acordos de pagamento que foram feitos com a Câmara que não foram cumpridos, ou então, outras receitas que não entraram. O item 11 e 12 que tem a ver com depósitos em Instituições Financeiras e Caixa. O valor que aqui tem de 1.040.718 euros em caixa e queria perguntar-lhe o seguinte: tendo em conta aquilo que o ROC nos diz, que de alguma maneira há falhas muito graves nas confirmações de bancos, ou seja entre aquilo que a câmara paga e aquilo que efetivamente sai da conta, será que este valor é real? Será que as diferenças enormes que existem de 500 mil euros, entre os registos contabilísticos da câmara e os extratos dos bancos e este é um problema que já vem de trás e que o Sr. Presidente se fartou de criticar aqui o Executivo anterior e por isso eu pergunto-me “não basta sê-lo há que parecê-lo”. E, portanto se criticávamos os anteriores e se continuamos a bater no mesmo erro e apresentamos no ano de 2019, que é o seu terceiro ano, 500 mil euros de dados em que, entre o registo contabilístico da câmara e aquilo que sai dos bancos ao desconhecimento deste valor e gostava de ouvir do Sr. Presidente como chega a este valor contabilístico tendo em conta que não estão feitas as conciliações bancárias. Também no ponto 2.9.2 – provisões para riscos e encargos – que penso que tem a ver com alguns encargos que temos em que de um momento para o outro há uma diminuição muito grande, ou seja temos dados que apontam para 258.442€. Assim, tendo em conta todos os processos judiciais que existem, e o ROC também fala neles, tendo em conta todos os ónus financeiros que existem como é que há uma redução de provisões para riscos e encargos, também tenho dúvidas. Por último relativamente às dívidas de médio e longo prazo, verifica-se um aumento destas dívidas e um aumento do passivo de quase 2 milhões de euros e eu gostava que o Sr. Presidente me elucidasse como é que aparece um aumento brutal das dívidas a médio e longo prazo, o que vai de alguma maneira afetar no futuro, ou seja, a herança que deixa para o próximo Executivo, qualquer que ele seja, é uma herança pesada já que em vez de progressivamente se ir reduzindo as dívidas a médio e longo prazo, pelo contrário está-se a aumentar cada vez mais, e sobre esta matéria criticavam o Executivo anterior e o atual volta a fazer a mesma coisa e o que se constata é que decorridos estes 3 anos as dívidas de médio e longo prazo têm aumentado e muito. Ainda outra questão que lhe queria colocar tem a ver com uma nuance que nos deixa que tem a ver com abates de Lotes na Zona Industrial no valor de 226.750€? Que eu saiba não tive conhecimento deste abate de lotes nem entendo muito bem o que isto é. Gostava ainda de saber porque é que o Sr. Presidente explica como sendo um custo extraordinário as transferências para as freguesias? Tem este ano 190 mil euros como um custo extraordinário e não consigo entender. E, em relação a outra situação que o ROC afirma em que não consegue validar 92% do valor do ativo da Câmara e apresenta vários apontamentos. E, queria reportar à página 120 do documento,

onde tem a identificação das entidades participadas e tem os dados contabilísticos referentes às participações tidas pelo Município, que são os seguintes: - tem o valor que a câmara tem e os dados do último exercício da Entidade participada e o ano de 2019. E, o que pergunto é o seguinte: então se houve aqui por parte do ROC uma ausência de opinião, nós não conseguimos que estas Entidades nos dêem as contas certas? Estas contas que temos na página 120 não chegam?” -----

**MANUEL ANTÓNIO DE SÁ MICO (PS)** – Que fez a seguinte intervenção: “ Relativamente à Prestação de Contas dizer que é um documento técnico que me revejo totalmente naquilo que o deputado Municipal Fernando Gomes referiu, fazendo uma análise exaustiva do documento. Contudo tenho também algumas questões. As receitas provenientes da água aumentaram o que quer dizer que estamos no bom caminho. Negativamente continuamos a manter as contas das associadas, o que acho uma vergonha, mas acho que isto sempre foi assim. Relativamente à questão do imobilizado da Câmara acho que já se começou a fazer alguma coisa e, espero que acabem esse trabalho que é importante, até para termos a noção do que valem. Quanto à conciliação bancária, ela já vem de trás com mais de 200 mil euros e entendo que de uma vez por todas também tem de ser feito esse trabalho. Relativamente às dívidas acho que até subiu por teve a ver com as negociações das dívidas da água, mas acho que foi um bom negócio pois tentou-se, fica claro e escrito, pois esta dívida já existia mas não constava no relatório, agora consta e vamos assumi-la até ao fim. O Grupo Parlamentar do PS vai votar a favor da Prestação de Contas com as reservas que referi.” -----

**ANTÓNIO NUNO BATISTA MENDES DE MORAIS (PSD)** – Que disse: “ Nós tendo em conta o que já foi feito para o Orçamento e todas as reservas que colocamos na altura, tendo em conta isso, agora na apreciação de Contas também vamos abster-nos.” -----

**O Senhor Presidente da Assembleia Municipal** passou a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara Municipal**, para que este pudesse responder às questões colocadas pelos Senhores Deputados.-----

**O Sr. Presidente da Câmara Municipal** disse: “ começo por agradecer as intervenções pois de facto muito foi dito e todos os intervenientes tiveram os seus momentos de bom senso no que disseram e efetivamente foram ditas aqui algumas verdades, nomeadamente agora pelo deputado Manuel Mico. Mas, relativamente à intervenção do Deputado Municipal Fernando Gomes de facto tenho ali alguém que respeita o meu trabalho e tem fé no mesmo. A forma técnica como fez aqui a sua exposição deixou-me com sérias dificuldades em poder responder-lhe diretamente. Mas sem terminar, começaria por fazer aqui uma pequena apreciação ao que disse o Deputado Municipal Nuno Morais “não basta sê-lo, há que parecê-lo”. Eu, de facto posso dizer-vos que os juros das Águas do Norte aparecem no documento. São juros herdados e aliás a problemática que aqui estamos a discutir vem na sequência da negociação que tivemos de fazer, nomeadamente a negociação dos juros e do prazo de pagamento.



*Handwritten signatures and initials in the top right corner.*

Relativamente às considerações que fez vou pedir por consideração e respeito e uma vez que está presente nesta reunião o Dr. Esteves, que nos faça aqui um esclarecimento da apreciação da Auditoria que fez. Mas antes disso gostaria de vos dizer o seguinte: a nossa dívida durante este tempo todo diminuiu 3 milhões de euros e além de ter diminuído fizemos um aumento de património, que teve custos. O Edifício do Piaget no valor de 1 milhão e 300 mil euros, compramos uma parcela de terreno para o Interface Intermodal no valor de 140 mil euros e fizemos compras de Parcelas de Terrenos para o Parque Urbano da Cidade no valor de mais de 1 milhão de euros e ainda um terreno na Zona Industrial no valor de 2.500 euros e isto tudo perfaz um saldo positivo, com todos os negativos que nós agora iremos subtrair, num total de 5 milhões 466 mil euros, portanto acho que isto é significativo.

Mas para que possa responder às questões, uma vez que temos aqui o Dr. Esteves (ROC) pedia ao Sr. Presidente da Assembleia que permitisse que fizesse uma intervenção para esclarecer todos os pormenores técnicos que aqui foram elencados. ....

De seguida o **Presidente da Assembleia Municipal** concedeu a palavra ao Sr. Auditor, Dr. Luís Esteves que fez a seguinte intervenção. ....

**DR. LUÍS ESTEVES (AUDITOR)** – Que fez a seguinte intervenção: “ Irei nesta intervenção limitar-me a tecer considerações ao documento que emitimos, pois toda a outra parte não faz sentido pois nós somos Auditores do Município e não somos nós que preparamos as contas. Temos de dar opinião isenta, independente, imparcial independentemente do Executivo que esteja em funções, e a nossa forma de trabalhar é com rigor e transparência para com a Entidade que nos contrata. ....

E, começo por dizer que esta questão do imobilizado possivelmente, e que afeta significativamente o parecer que é dado sobre as contas do Município, não sejamos inocentes, é um trabalho não só relevante como necessário e que se calhar já deveria ter sido feito, mas não é a nós que nos compete opinar sobre essa matéria. É um trabalho que está a ser feito e que infelizmente como um Deputado aqui referiu teve de ser interrompido, porque infelizmente toda a gente teve restrições mas tenho a informação que na próxima semana a equipa que está encarregue disso vai voltar ao terreno e vai fazer a valorização de todos os bens municipais, e será efetivamente um dos poucos Municípios que poderá ter uma informação centralizada, com identificação dos seus bens, do seu valor e permitir-lhe inclusivamente a partir dali ver e analisar uma eventual cobertura de seguros. Representando estes bens e tendo um peso tão significativo nas demonstrações financeiras do Município, cerca de 92% como eu já vos disse, no passado, muito estranho nós achamos que os colegas que nos precederam não tivessem tido uma opinião similar à que nós tivemos porque as normas da auditoria só são umas. Ou seja, se existem mais de 90% do ativo que não está ainda totalmente identificado e apurados os valores é impossível para o Auditor conseguir dar uma opinião sem reservas porque isto que está aqui são reservas sobre as demonstrações financeiras. Ora se o ativo, ou imobilizado não conseguimos saber se está ali todo e tem



aquele valor é lógico que não conseguimos saber se as amortizações estão corretas, como não conseguimos saber se os proveitos derivados dos subsídios aos investimentos estão corretos. É nossa convicção que de facto em 2020 será uma viragem e que o Município de Macedo de Cavaleiros poderá ter uma ferramenta extraordinária para não só conseguir limpar essa questão, como também fazer uma transição para o novo sistema de normalização contabilística da Administração Pública, como deve ser e com as suas contas rigorosas e esta é a razão pela qual aparece esta reserva. Quanto à outra reserva, as Contas da Associação de Municípios da Terra Quente Transmontana (AMTQT) e da Empresa Resíduos do Nordeste, penso que há aqui um pequeno lapso. O Município de Macedo de Cavaleiros tem as contas, o que acontecesse é que o que nós dizemos paralelamente, é que uma coisa é as contas que as Entidades mandam, neste caso as contas que a AMTQT e Resíduos do Nordeste enviam para a Entidade "Mãe", o Município de e outros Municípios que participam, isto é um passo, o outro passo é o Auditor da Entidade "Mãe", comunica com o Auditor das "Filhas" e comunica com um determinado tipo de questionário e de informação que o Órgão Executivo não tem conhecimento nem deve ter, onde é como que seja uma carta de conforto para o Auditor da Entidade "Mãe", porque o Auditor da Entidade "Mãe" os números das "Filhas" afetados da "Mãe" logicamente se nós estamos a dar opinião sobre os da "Mãe" quer queiramos quer não estamos a levar com uma parte da opinião sobre as contas das "Filhas". E, tal como é referido nesta certificação efetivamente os colegas destas Empresas participadas do Município, que nos termos das normas de Auditoria e o Executivo não tem culpa absolutamente nenhuma, nem é perdido nem achado neste processo. Mas mais grave ainda é que tendo a Certificação Legal das Contas da AMTQT uma reserva que está aqui espelhada na Certificação Legal de Contas do Município de Macedo de Cavaleiros, na ordem de 1 milhão e 700 mil euros, sobre as quais eu não sei o que se passa logicamente e mais estranho é que não sabem o que se passa desde 2014, quando estamos em 2020 e é estranho porque já vinha com 1 milhão 450 mil desde 2014 a 2017. É estranho porque eu olhei para o passivo desta Entidade e este valor que representa cerca de 19% do ativo tirando depois o imobilizado da Associação de Municípios que também é muito, como é possível continuar-se a dizer que os terceiros não lhe mandam um simples estrato para poder conciliar para saber o que tenho nas contas da AMTQT é igual ao que está no lado de lá no terceiro? Posso dizer-vos que são duas Entidades, apenas e só que estão em causa. E, isto é muito estranho e de facto é o que aqui a Certificação Legal de Contas diz e é este alerta que deixamos, porque se de facto este valor não se materializar, ou seja se efetivamente a AMTQT não conseguir e se isto não for uma dívida efetiva porque ela não está provisionada, efetivamente o Município de Macedo de Cavaleiros detendo 26% de participação vai levar com um impacto negativo de 440 mil euros. Então enquanto Auditores do Município acho que é nossa obrigação alertar-vos, a vocês que são o Órgão máximo da Autarquia para um potencial problema, porque é estranho não haver esta resposta é. E mais estranho é que sistematicamente ao longo deste conjunto de anos não haver uma resposta de quem está do lado de lá para que os Auditores possam pelo menos tirar a dúvida, se a dívida existe ou se não existe. -----





Quanto às conciliações bancárias efetivamente é uma preocupação e posso dizer-vos que no ano de 2020 as conciliações bancárias, porque o auditor uma coisa é fechar o ano a 31.12.2019, mas todos os eventos subsequentes e tudo o que aconteça de bem e de mal entre o fecho de contas e a data em que nós assinamos o documento são considerados eventos subsequentes e que devem ser tidos em atenção pela equipa de Auditoria e se isso der origem a uma mudança de opinião deverá fazê-lo. A informação que nós temos dos eventos subsequentes é que durante o ano de 2020 as conciliações bancárias estão arrumadas e não existem diferenças por identificar. Já nos foi transmitido pelo Sr. Presidente da Câmara que os serviços estão a fazer um enorme esforço no sentido de regularizar estas situações. -----

Quanto às provisões para riscos e encargos, efetivamente há aqui uma questão que é a grande diminuição que tem a ver essencialmente com uma parte que estava de reestruturação das dívidas das Águas do Norte e dos processos associados e aquilo que aconteceu foi que os serviços do Município retiraram essa provisão. O Município fechou o acordo com o processo das Águas do Norte e deixou se ser contencioso, ou seja, saiu de provisões e aumentou o passivo, não houve incremento de nada, só mudou de lugar. -----

Quanto à questão dos custos extraordinários posso dizer-vos que aquela parte dos abates do imobilizado há de facto um incremento significativo dos custos extraordinários, como um dos Srs. Deputados mencionou e em parte tem a ver com um lançamento contabilístico. Recordar-se-ão de umas dívidas que não tinham sido registadas no valor de cerca de 700 mil euros que foram levadas no ano passado a resultados transitados, e que este ano, na minha modesta opinião, retiraram de resultados transitados e meteram em custos extraordinários. Não é custo efetivamente nenhum é apenas um lançamento contabilístico, que na minha modesta opinião, até não fará grande sentido mas para o impacto para o património que a diferença entre o ativo e o passivo não afeta em nada. Depois tem mais uma parte também associada a outra correção do processo das Águas do Norte, que são mais cerca de 900 mil euros, que já estava na Contabilidade que saiu de um lado para ir para o outro. E, tem de facto uma coisa nova que tem a ver com aquilo que os Srs. Deputados já falaram relacionado com os abates. Efetivamente os abates têm um valor significativo este ano, na ordem dos 200 mil euros, mas isto tem a ver com menos valias registadas nas contas. Depois tem mais qualquer coisa relacionado com um bem que tinha sido inventariado duas vezes que é um prédio urbano na Cortinha dos Choupos e têm um bem que não pertencia à Câmara Municipal que é um prédio urbano nos Merouços." -----

**Abertas novamente as inscrições, usaram da palavra.** -----

**DAVID DA SILVA MARTINS (PSD)** – Que disse: “ Falaram dos abates no valor de 256 mil euros na Zona Industrial e o Sr. Presidente disse que vai haver abates. Então a dúvida é, se ainda vão existir como é que já constam das Contas de 2019?” -----

**DR. LUÍS ESTEVES (AUDITOR)** – Que respondeu “eu limitei-me a dizer o que está na conta que é as menos valias que são de cerca de 200 mil euros e têm essencialmente a ver com os 3 terrenos que estavam na Contabilidade registados por um valor. Por exemplo um deles estava registado por 50 mil euros e foi vendido por 7.100 euros; outro estava registado por 47.800 euros e foi vendido por 6.850 euros, outro estava registado na Contabilidade por 39.820 euros e foi vendido por 2.555 euro. Mas isto são decisões que o Órgão Executivo toma, nós limitamos, como os Srs. Deputados questionaram e bem, a perguntar como é que aparecem estes valores. Grosso modo essa rubrica apresenta nas demonstrações financeiras que chegaram aos Srs. Deputados, perdas em imobilizações no valor de 226.750€. Tem numa linha chamada abates 226.750€ e depois tem outra linha que diz “outras”. Agora se considerarmos que uma venda e saída com menos valia se é um abate ou não, numa interpretação lata é de facto um abate ao património. Na verdadeira aceção da palavra, normalmente abate algo quando ele não existe.” -----

**O Senhor Presidente da Assembleia Municipal** passou a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara Municipal**, para continuar a responder às questões suscitadas pelos Srs. Deputados Municipais onde referiu: “ Sobre a reversão dos lotes abordei essa questão com o objetivo de sensibilizar os Deputados para o facto de não ter havido o cumprimento do Regulamento e isso está a prejudicar imenso a Câmara. Essa reversão de lotes virá à próxima Assembleia com mais rigor. Sobre a questão levantada pelo deputado Municipal Manuel Mico relativamente ao pagamento aos fornecedores da Câmara, posso dizer que apenas se deve o mês de junho. Relativamente às declarações que foram feitas pela Empresa da Resíduos do Nordeste, na pessoa do seu Presidente as mesmas são apenas da sua exclusiva responsabilidade. O Município de Macedo não tem qualquer responsabilidade sobre as mesmas. -----

**DAVID DA SILVA MARTINS (PSD)** – Que disse: ” Eu ia abster-me na votação do Documento de Prestação de Contas, porque eu sinceramente acredito que as mesmas estejam bem-feitas e confio no trabalho dos funcionários do Município tal como da Câmara. Mas, o Sr. Presidente vem e diz-nos que ia haver lotes para abate. Então se vai haver, pelo pouco conhecimento que tenho de contas, não podem aparecer nas contas de 2019, porque vai haver é futuro. Depois vem o Sr. Auditor e diz que se venderam 3 terrenos na Zona Industrial. Um deles tinha o valor de 50.000€, outro de 45.000€ e outro de 30.000€, que dá 125.000€ e nós vendemos 125.000€ de terreno a metade do preço do mais barato? Então eu pergunto ao Sr. Auditor – está-me a dizer que foram vendidos 3 terrenos na Zona Industrial que tinham um valor de 125.000€ e foram vendidos por 16.405€ e então a diferença vai dar o tal abate de muito dinheiro e o Sr. Presidente está a dizer que ainda vai haver um abate e já vem nestas contas? Eu vou votar contra o Documento de Prestação de Contas.” -----



*Cj*  
*cel*  
*[Signature]*

**DR. LUÍS ESTEVES (AUDITOR)** – Respondeu que o Auditor apenas lhes pode dizer aquilo das operações que constam nas Contas agora se foi vendido por muito ou pouco dinheiro isso é uma questão que não lhe compete. -----

**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal, por maioria, com 34 votos a favor, 1 voto contra e 22 abstenções, deliberou aprovar o Documento de Prestação de Contas do Exercício de 2019. -----

**PONTO 2.4 - ALTERAÇÃO MODIFICATIVA AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS DO ANO DE 2020 (2.ª) / PROPOSTA - APROVAÇÃO NOS TERMOS DO N.º 1, ALÍNEA a) DO ARTIGO 25.º DO ANEXO I À LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA SUA REDAÇÃO ATUAL ----**

O Presidente da Assembleia Municipal colocou à consideração do plenário a proposta da Câmara Municipal, aprovada em reunião de doze de junho de dois mil e vinte, que se transcreve. -----

**ALTERAÇÃO MODIFICATIVA AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS DO ANO DE 2020 (2.ª) / PROPOSTA: DELIBERAÇÃO -----**

Presente a proposta do Presidente da Câmara Municipal datada de 2020.06.05, que se transcreve. -----

**" Justificação -----**

O Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, aprovou o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas, doravante designado por SNC-AP, sistema, atualmente, em vigor na administração local, revogando o POCAL. -----

A NCP 26 – Contabilidade e Relato Orçamental -, ente outras matérias, trata da questão das alterações orçamentais, constituindo um instrumento de gestão orçamental que permite a adequação do orçamento à sua execução. -----

Os ajustamentos que, neste momento, carecem de ser feitos determinam o procedimento de uma alteração orçamental modificativa, uma vez que se vai proceder à inscrição de mais receita e de mais despesa, resultando um aumento do montante global das GOP'S. -----

Feita a justificação técnica da presente proposta, passo a destacar os principais aspetos que esta Revisão encerra. -----

Assim, -----

**A) GRANDES OPÇÕES DO PLANO -----**

Criação das seguintes ações: -----

- Construção de Travessia Pedonal na Foz do Rio Azibo – 196.100 euros -----
- Beneficiação da Biblioteca Municipal – 30.000 euros -----
- Aquisição de equipamento para a Biblioteca Municipal – 15.000 euros -----
- Reparação do cais da albufeira do Azibo – 20.000 euros -----
- Apoio financeiro extraordinário à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Macedo de Cavaleiros – 67.000 euros ---- Construção de campos de Padel e Basket em Macedo de Cavaleiros – 55.000 euros -----

- Construção de campo sintético no Complexo Desportivo de Macedo de Cavaleiros 100.000 euros (2020) e 265.000 euros (2021) -----
- Requalificação do Caminho Municipal 1102 - Mogrão – 50.000 euros (2020) e 100.000 euros (2021) -----
- Construção de passeios na rua S. Bartolomeu em Vale da Porca – 25.000 euros -----
- Construção de passeios em Vale de Prados – 25.000 euros -----
- Aquisição de equipamento urbano diverso – 30.000 euros -----
- Grupo Desportivo Macedense / Contrato de Desenvolvimento Desportivo para a época 2020/2021 – 18.000 euros (2020) e 27.000 euros (2021) -----
- Clube Atlético de Macedo de Cavaleiros / Contrato de Desenvolvimento Desportivo para a época 2020/2021 – 24.400 euros (2020) e 36.600 euros (2021) -----
- Aquisição de quadros interativos – 25.000 euros -----
- Saneamento em Lamas (Pontão de Lamas) – 42.000 euros -----
- Vale Benfeito / Comparticipação à Junta de Freguesia para Beneficiação da escola primária de Vale Benfeito – 10.000 euros- Arruamentos em Corujas – 10.000 euros -----
- Carrapatas / Comparticipação à Junta de Freguesia para ampliação do Cemitério – 8.000 euros-- Construção de fossa séptica em Olmos – 4.500 euros -----
- Beneficiação de arruamentos diversos no concelho – 30.000 euros -----
- Complexo Desportivo na praia da Fraga da Pegada / Construção de bancada – 85.000 euros -
- Beneficiação do polidesportivo do Bairro da Alegria – 18.000 euros -----
- Macedo de Cavaleiros / Comparticipação à Junta de Freguesia para execução de arruamentos em Nogueirinha – 35.000 euros -----
- Clube de Caça e Pesca de Macedo de Cavaleiros / Comparticipação financeira para conclusão da obra de requalificação da sede – 5.000 euros -----
- Grijó / Comparticipação à Junta de Freguesia na demolição/construção de anexo para construção do Centro Hípico – 5.000 euros -----
- Construção de Centro Municipal de Proteção Civil e Meios Aéreos - 212.500 euros (2020) e 371.941 euros (2021) -----
- Requalificação da Área de Serviço de Autocaravanas em Macedo de Cavaleiros – 19.100 euros -----
- Geopark: - Comparticipação financeira - 59.500 euros; - Comparticipação no âmbito de candidaturas – 86.450 euros -----
- Vedação do Heliporto Municipal – 15.000 euros -----
- Igreja de N.ª Sra. da Purificação em Podence -----
- Reabilitação da Igreja – 28.500 euros (2020) e 160.946 euros (2021) -----
- Recuperação do património religioso – 18.450 euros (2020) e 104.550 euros (2021) -----
- Exposição na casa do Careto – 13.850 euros (2020) e 78.412 euros (2021) -----
- Atividades de animação – 3.200 euros (2020) e 17.800 euros (2021) -----
- Ações de divulgação – 2.250 euros (2020) e 12.550 euros (2021) -----

**B) ORÇAMENTO** -----



*Handwritten signatures and initials in the top right corner.*

Ao nível do orçamento da receita prevê-se a inscrição de um montante global de 1.837.017,25€, proveniente de correção do calor do FEF, saldo da gerência, transferência da EDP no âmbito do Aproveitamento Hidroelétrico do Baixo Sabor e candidaturas a fundos comunitários, entretanto, aprovadas, a saber: -----

- Construção de Centro Municipal de Proteção Civil e Meios Aéreos -----
- Requalificação da Área de Serviço de Autocaravanas -----

Ao nível do orçamento da despesa, a orçamentação de cada uma das ações novas. -----

Em suma, esta modificação apresenta os seguintes valores finais: -----

- Previsão de Receita: 1.837.017,25€ -----
- Previsão de Despesa: 1.837.017,25€ -----

Em face do exposto, em anexo, junto os mapas que evidenciam esta alteração, propondo que a Câmara Municipal aprove a presente proposta e, para cumprimento do disposto no artigo 33.º, n.º 1, alínea c) do Anexo I à Lei n.º 75/2013, 12 de setembro, na sua redação atual, a submeta a aprovação da Assembleia Municipal.” -----

Os mapas dão-se como transcritos, ficando a sua versão, devidamente rubricada pelos membros do executivo, arquivada na pasta correspondente a esta reunião. -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal, por maioria, deliberou aprovar a proposta referente à 2.ª Alteração Modificativa aos Documentos Previsionais do ano 2020 e, para efeitos do disposto no n.º 1, alínea a) do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, submetê-la a apreciação da Assembleia Municipal. -----

(Votação: 4 votos a favor (Benjamim Rodrigues, Elsa Escobar, Rui Vilarinho e Sónia Salomé) e 2 abstenções (Carlos Barroso e José Luís Afonso)”) -----

**Abertas as inscrições, usaram da palavra.** -----

**ANTÓNIO NUNO BATISTA MENDES DE MORAIS (PSD)** – Que fez a seguinte intervenção: “ Sr. Presidente lamento os mal entendidos que houve aqui hoje na apreciação das Contas. Em relação a este ponto e tendo em conta o ponto que vem a seguir sobre a Alteração Orgânica da Câmara que pressupõe de alguma maneira e naquilo que já tinha dito, uma autonomização na estrutura do Geoparque, e, é a primeira vez que eu vejo de alguma maneira nos orçamentos da Câmara, quer nas alterações orçamentais, um item referindo especificamente o Geoparque. Porquê esta comparticipação financeira tão avultada, na ordem dos 150.000€, quando no fim de contas é expectável que, nesta altura ainda não, mas num futuro próximo sim, o Geoparque faça parte da Estrutura Orgânica da Câmara. Ou seja, o Geoparque é uma associação e o que eu pergunto é o porquê deste dinheiro e sendo uma Associação, se os outros membros da Associação também participam na mesma medida das quotas que tem. De resto não vejo qualquer objeção, embora o nosso voto vá ser de abstenção, tendo em conta toda a estratégia orçamental que temos tido, de qualquer das maneiras queria deixar aqui, porque sei que o povo de Podence merece e o património que ali também está erigido já merecia e agora ainda

merece muito mais todos estes investimentos que vão ser feitos no Património religioso em Podence. Os meus parabéns para o povo de Podence e para as suas gentes.” -----

**JACINTA LÚCIA CATARINO LOPES (CDS)** – Que fez a seguinte intervenção: “ Em primeiro lugar queria referir uma situação que tem sido recorrente. Os mapas que nos têm chegado e que nos são apresentados são quase sempre impercetíveis. É uma situação como referi recorrente e não é uma coisa que aconteça pela primeira vez. O nosso dever enquanto Deputados é analisar, verificar e fiscalizar a ação do Executivo, pelo que eu pergunto como é que alguém pode exercer esta função de forma séria e responsável, se os documentos que nos são remetidos grande parte das vezes não os conseguimos ver corretamente. -----  
Relativamente a estas alterações e estas opções de plano o que eu venho aqui referir é de forma mais global. Parece-me que estas alterações continuam a constatar que não existe um rumo, nem uma marca, olhamos para o nosso concelho e não conseguimos perceber qual é o caminho que o Executivo quer seguir. Percebemos que as respostas às alterações são avulsas e de acordo com as circunstâncias, continuamos a verificar a inexistência de investimentos e de apoios ao nível cultural, nomeadamente no apoio às Associações deste concelho. É importante respeitar a nossa história, os saberes tradicionais, saber transformar e transmitir esses saberes para os nossos dias de forma inovadora. Investir na cultura é investir no desenvolvimento económico, na dinamização turística. Necessitamos que os nossos jovens tenham mais conhecimento para poder criar mais emprego, mais riqueza e por isso pergunto onde estão os apoios às Associações do nosso concelho? Cultura, não é só desporto. Porque razão continuam os nossos Museus fechados? Afirmamos querer pretender turistas no Azibo mas depois esquecemo-nos que temos de dinamizar a oferta turística, a oferta turística cultural, com a divulgação dos nossos saberes e da nossa gastronomia e do restante território que não só o Azibo. Para potenciar os custos já existentes é necessário uma visão de futuro, um plano estratégico de desenvolvimento, é necessário acreditar na nossa terra, por isso não podemos fazer só uma gestão corrente com respostas avulsas e de acordo com os acontecimentos presentes. Mas mesmo nos acontecimentos presentes, nomeadamente no que diz respeito à pandemia COVID-19, não existem nestes documentos ações vertidas que possam vir a dar respostas inovadoras e diferentes ao nível social. Vivemos uma crise forte que requer respostas claras e concretas no que respeita às preocupações sociais. É preciso lutar, trabalhar pelo nosso concelho. O desenvolvimento económico-social tem de ser um eixo prioritário da nossa atuação. Continuamos assim a verificar a falta de estratégia de objetivos claros e realistas face às necessidades do nosso Município.” -----

**MANUEL ANTÓNIO DE SÁ MICO (PS)** – Que disse: “ Esta alteração se for lida com atenção representa 50% para as freguesias e para a cidade. Depois vemos coisas como é o caso da construção do campo sintético no complexo desportivo, a seguir construção de passeios em Vale de Prados, saneamentos em Lamas, arruamentos em Corujas e arruamentos em vários outros sítios. Depois vemos também construção do Centro Municipal de Proteção Civil,



9  
cel  
[Signature]

Requalificação das áreas de serviço de autocaravanas na Albufeira do Azibo. Isto em 1 milhão, 837 mil euros, que é esta alteração se fizerem as contas está ela por ela. Contém esta alteração todas as vertentes porque inclui a parte religiosa, a parte rural e a parte do desporto, entre outras. Não vejo nesta alteração discriminação política e o Sr. Presidente está no bom caminho." -----

**DAVID DA SILVA MARTINS (PSD)** – Que fez a seguinte intervenção: “ Em relação à Alteração ao Orçamento, eu como anteriormente no Orçamento e nas Contas vou votar contra, para manter o meu sentido de voto. Fico contente que haja investimento mas também, por aquilo que percebi no ponto antes da ordem do dia, o Sr. Presidente disse que na Barragem as bancadas iriam ser amovíveis e que provavelmente a Federação até nos daria daqui a uns tempos algum campeonato para fazermos alguma coisa. Então eu acho que se calhar esses 85.000€, podiam ser investidos mais para a frente e não numa altura como estamos, que não nos vão entregar nada por causa do COVID-19. Não tenho ideia porque se vai gastar tanto dinheiro num equipamento amovível quando não temos em vista nada para fazer proximamente.” -----

**O Senhor Presidente da Assembleia Municipal** passou a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara Municipal**, para que este pudesse responder às questões colocadas pelos Senhores Deputados.-----

**O Sr. Presidente da Câmara Municipal disse:** “relativamente à autonomização do Geoparque, como aqui foi falado, e nos 160 mil euros, é importante dizer-vos que isto quase não dá para gerir atividades como aqui foi propalado pela Deputada Municipal, Jacinta Lopes no Turismo. Este dinheiro serve apenas para pagar compromissos assumidos pelo anterior Executivo com a Associação Comercial que põe em cheque a própria viabilidade da Associação Comercial em projetos que foram feitos e candidatados e que nós herdamos. Vocês continuam demagógicamente a “malhar” em nós mas esquecem-se que nós estamos aqui a solucionar problemas que nos deixaram. São relativamente a estas participações que poderão pôr em cheque a Associação Comercial, ou seja poderá entrar em falência, e estamos a falar de 48.000€, o restante tem a ver com a gestão do pessoal dos recursos humanos do próprio Geoparque e fica uma margem muito pequena para atividades. E, quando questionam 160.000€ e porque é que os outros associados não participam, acho que é de perguntar à vossa bancada, porque foi assim que definiram a Associação e é essa que nós queremos extinguir. Os erros cometidos no passado queremos nós solucionar agora. -----  
Relativamente ao discurso da Deputada Municipal Jacinta Lopes que falou aqui em gestão quase à vista de acordo com as circunstâncias, dizer-lhe que eu não sei como é que vocês pactuaram nestes tempos todos anteriores com os Executivos e gostava de saber o que é que vocês fizeram realmente de válido que nós agora não estamos a fazer, porque aqui até demagógicamente foi dito sobre as Candidaturas, sobre o PEDU e eu disse que deixaram uma Candidatura mal feita que foi reprovada e que nós tivemos de refazer. Tudo o resto fomos nós



que fizemos, a única coisa que o anterior Executivo fez foi negociar. Disse que não existe rumo ou marca. Existe e a prova é que até temos uma marca nova, um desenho e um símbolo novo porque queremos exatamente romper com o passado e queremos inovar e ter uma nova imagem e queremos ter um concelho inovador e pessoas com orgulho de viver neste concelho. É bom que percebamos que temos de ter um discurso de fé e de esperança e não é chegar aqui e demagógicamente contrariar sempre todas as medidas e todas as posições e decisões que este Executivo toma. E, não se esqueçam que este Executivo também é formado por membros do PSD e portanto temos de respeitar as pessoas que fazem parte do Executivo. Relativamente a respostas avulso e de acordo com as circunstâncias é óbvio que temos de responder sempre de acordo com as circunstâncias porque por vezes temos situações que são surpresas e nós temos de andar sempre a reparar situações que herdamos, como é o caso da negociação altamente penalizante que tínhamos das dívidas das águas, que não nos permitiriam fazer nenhum investimento. Quanto aos saberes tradicionais alguém divulga mais o nosso território em termos de gastronomia e de produtos em todo o lado? Em Feiras, em Publicações, nas Confrarias e na Feira da Caça que tem sido um sucesso. -----  
Quanto à intervenção do Deputado Municipal David Martins pode votar contra ou abster-se na votação do relatório de Contas mas há uma coisa de que eu tenho a certeza é transparente e todos vocês sabem que houve contas omissas nos executivos anteriores. Têm o direito de votar como bem entenderem mas devia haver aqui alguma coerência com o passado, que votavam favoravelmente Relatórios de Contas que omitiam dados e agora que temos transparência abstêm-se ou votam contra".-----

**JACINTA LÚCIA CATARINO LOPES (CDS)** – Que disse: “ Queria explicar ao Sr. Presidente que nós não vamos buscar questões pessoais e quando estou aqui a fazer uma análise política do seu Executivo não estou nem vou buscar as tais questões pessoais. Quanto ao rumo o Sr. Presidente pode ter um rumo e eu discordar dele. Mas o problema é que não existe um rumo. Explique-me qual é o rumo que este Executivo está a tomar.” -----

**O Presidente da Câmara Municipal** respondeu: “Não pessoalizei nada a Sr.ª Deputada é que disse que o meu Executivo não tinha rumo e se eu sou o líder obviamente que me sinto, até em termos intelectuais, afetado”. -----

**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal, por maioria, com 39 votos a favor, 1 voto contra e 17 abstenções, deliberou aprovar, nos termos apresentada, a 2.ª Alteração Modificativa aos Documentos Previsionais do ano 2020. -----

**PONTO 2.5 - ALTERAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DO MUNICÍPIO DE MACEDO DE CAVALEIROS / APROVAÇÃO NOS TERMOS DO N.º 1, ALÍNEA m) DO ARTIGO 25.º DO ANEXO I À LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA SUA REDAÇÃO ATUAL -----**





Cij  
ceb  
[Signature]

O **Presidente da Assembleia Municipal** colocou à consideração do plenário a proposta da Câmara Municipal, aprovada em reunião de doze de junho de dois mil e vinte, que se transcreve. -----

**ALTERAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DO MUNICÍPIO DE MACEDO DE CAVALEIROS / PROPOSTA: DELIBERAÇÃO** -----

Presente a proposta do Presidente da Câmara Municipal datada de 02.06.2020, que se transcreve. -----

**– ANTECEDENTES** -----

i) No âmbito do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro, a Assembleia Municipal, em sessão realizada a 27-12-2017, aprovou a reorganização dos serviços municipais, tendo sido publicada no Diário da República, 2.ª série, n.º 22, de 31 de janeiro de 2018. -----

ii) Depois, a câmara municipal, em reunião realizada a 21-03-2019, aprovou a criação do gabinete de Empreendedorismo Rural (EDRU), ficando na dependência direta do Presidente da Câmara, tendo sido publicitado no Diário de República, 2.ª série, n.º 91, de 13 de maio de 2019. iii) A estrutura em vigor assenta em: i) Modelo: hierarquizado, assente em unidades orgânicas nucleares e flexíveis. ii) Estrutura nuclear: assente numa única unidade orgânica, sendo provida por titular de cargo de direção intermédia de 1.º grau. iii) Unidades orgânicas flexíveis, sendo seis providas por titulares de cargo de direção intermédia de 2.º grau e duas providas por titulares de direção intermédia de 3.º grau. iv) Subunidades orgânicas: em número de oito dirigidas por coordenadores técnicos. -----

**II – ENQUADRAMENTO LEGAL** -----

A presente proposta de alteração tem enquadramento legal no decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro, na sua redação atual, o qual estabelece o regime jurídico da organização dos serviços das autarquias locais. -----

**III – MOTIVAÇÃO** -----

As empresas assim como as instituições são dotadas de individualidades que as distinguem umas das outras. Essas individualidades podem destacar-se, entre outros, em vários aspetos: níveis de eficiência e eficácia, estrutura física, estrutura organizacional, níveis e linhas de poder. Por outro lado, a par do mapa de pessoal, a estrutura organizacional de uma organização é dinâmica, fruto de novas competências que adquire. A alteração que proponho fundamenta-se em duas ordens de razão: a primeira, resultante do processo de aceitação de competências ao abrigo da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, (Lei-quadro da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais) e a segunda, justifica-se pelo reajustamento da estrutura atual, indo ao encontro de um melhor funcionamento dos serviços existentes. -----

**IV – DA PROPOSTA EM SENTIDO ESTRITO** -----

Perante o exposto, para cumprimento do disposto no artigo 6.º do decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro, na sua redação atual e no estrito cumprimento da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, na sua redação atual e da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na sua redação atual, pelas razões de facto e de Direito ante enunciadas, submeto a apreciação da Câmara Municipal, a

fim de ser remetida à próxima sessão da Assembleia Municipal para aprovação, a seguinte proposta de alteração à estrutura orgânica para os serviços municipais da Câmara Municipal: --  
a) Para cumprimento do disposto no artigo 6.º, alínea c) do decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro, que se limite em nove unidades orgânicas flexíveis, sendo sete providas por titulares de cargo de direção intermédia de 2.º grau e duas providas por titulares de cargo de direção intermédia de 3.º grau. A alteração que proponho visa a criação de mais uma unidade flexível, a prover por titular de cargo de direção intermédia de 2.º grau, a qual visa autonomizar a competência da área de Educação. Esta alteração vai implicar alguns ajustamentos nas competências e atribuições de algumas unidades flexíveis existentes. b) Para cumprimento do disposto no artigo 6.º, alínea d) do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro e respeitando o disposto no artigo 88.º, n.º 3 do Anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na sua redação atual, que se limite em dez as subunidades orgânicas dirigidas por coordenadores técnicos. A alteração que proponho vai no sentido de criar duas novas subunidades orgânicas. Uma para o apoio aos órgãos municipais (Assembleia Municipal e Câmara Municipal) e outra para o atendimento público e tesouraria.” -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar nos termos propostos, a Alteração da Organização dos Serviços do Município de Macedo de Cavaleiros e remetê-la à Assembleia Municipal.”-----

**Abertas as inscrições usaram da palavra.** -----

**ANA RITA SIMÃO RODRIGUES (PSD)** – Que fez a seguinte intervenção: “ Sr. Presidente gostaríamos de ser esclarecidos sobre o tipo de organização pensada para a referida autonomização das competências na área da Educação. Estão a pensar na separação? Como? Em que áreas? Gostaríamos de ver isso esclarecido. Dado que atualmente existem várias áreas que no nosso entender estão diretamente interligadas à Educação, como é que será composta a Divisão. E, sendo eu, membro da Comissão Alargada da CPCJ e muitos dos nossos casos ativos são referentes ao insucesso escolar revela alguma preocupação se a parte Social for desagregada à da Educação.” -----

**JACINTA LÚCIA CATARINO LOPES (CDS)** – Que disse: “ Um pouco no seguimento do que eu já hoje referi e do que eu já disse aqui várias vezes sobre a transferência de competências do Poder Central para os Municípios e para as Associações Intermunicipais, a descentralização efetivamente é necessária mas não desta forma. Parece-nos que não estamos a ter em consideração as fortes implicações que vão ocorrer no Município por causa da questão da descentralização e da transferência das competências. Até agora o que nos foi dado a conhecer foram implicações financeiras, o assumir de funcionários da área da Educação para o quadro de funcionários do Município e agora a criação de mais um lugar de Chefia, um cargo de Direção Intermédia de 2.º Grau, Criação de uma Unidade Flexível na Área da Educação e justifica-se esta criação com a questão das transferências do Poder Central para o Poder



Cij  
cel  
A

Local. Tal como o Sr. Presidente aqui disse nós quando queremos fazer um acordo e quando queremos união temos de a fazer antes, não é posteriormente. O diálogo não se constrói atacando, o diálogo constrói-se quando se quer antes da tomada das decisões. Já falei aqui várias vezes e continuo a alertar que o Município perante o assumir todas as competências devia ter um plano concreto e objetivo, um plano com as implicações que isso poderia trazer a nível financeiro na área da saúde, na área das finanças porque cada vez que vem agora um assumir de competências vamos criar mais um lugar de chefia e alteramos o quadro de pessoal. A seguir quando vierem as competências da área da saúde vamos dizer que somos responsáveis pela manutenção dos edifícios da saúde, pela sua limpeza e vamos obviamente assumir alguns funcionários e vamos ter mais uma chefia para fazer a articulação. Na minha perspectiva o ter um rumo é ter um plano concreto que obviamente não pode ser definitivo, são previsões das várias áreas mas é isso que tem de ser feito e era isso que devia ter sido feito antes de assumir a totalidade das competências, de modo a que quando houvesse uma decisão tivéssemos a noção do que estamos a fazer. Com este rumo um dia destes o Município de Macedo vai ser ingovernável, tendo em conta o número de funcionários e com áreas tão distintas. Já uma vez lhe coloquei esta questão que o Sr. Presidente nunca me respondeu – a nível de Educação eu só vejo assumir de responsabilidades a nível financeiro – quais são os projetos a nível educacional, ou seja o que é que o Município está a pensar fazer para poder dizer que foi importante ir buscar esta competência? O que é que podemos fazer agora que não podíamos fazer antes? E, é isso que eu acho que deve ser feito em todas as áreas, não só na área da Educação e não só todas as vezes que há nova mudança voltamos a alterar o quadro de pessoal e voltamos a dizer que precisamos de mais funcionários. Isto para mim é que é a falta de rumo." -----

**O Senhor Presidente da Assembleia Municipal** passou a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara Municipal**, para que este pudesse responder às questões colocadas pelos Senhores Deputados.-----

**O Sr. Presidente da Câmara Municipal** disse: "para dar resposta à reorganização da parte da Educação e da Ação Social pedirei que depois a Sr.<sup>a</sup> Vice-presidente faça aqui um esclarecimento sobre a situação. Mas, é óbvio que não poderia deixar de responder à Deputada Municipal Jacinta Lopes quando diz que há falta de rumo. Eu acho que sobre a falta de rumo deve haver equívoco na apreciação da Sr.<sup>a</sup> Deputada, porque falta de rumo é o que a Sr.<sup>a</sup> Deputada aqui está a manifestar. Não sabe que é obrigatório assumir as competências dentro de 6 meses? Não, não sabia. Isso é falta de rumo. O Município de Macedo quis antecipar-se a muitos outros Municípios, assumimos essas competências e posso-lhe dizer que estamos a ganhar terreno porque daqui a 6 meses, quem assumir as competências e não souber o que os espera, esses é que de certeza que não têm um plano, mas nós sabemos com aquilo que contamos porque nessa altura já vamos ter os serviços organizados. A isto chama-se visão e andar à frente, e foi isto que nós fizemos, tivemos rumo e uma visão antecipada. Quanto às chefias é um facto que a Câmara tem de enfrentar porque é necessário reorganizar

novas chefias quando forem necessárias mas se não sabe fica a saber que a transferência de competências também obriga à transferência de verbas e nós só assumimos as competências com esse compromisso de que o Governo faria as transferências de verbas condizentes com a assunção destes compromissos." -----

De seguida o **Presidente da Assembleia Municipal** concedeu a palavra à **Vice-presidente da Câmara, Elsa Escobar** para responder à questão da Deputada Municipal Rita Rodrigues sobre a questão da CPCJ e informou que " uma coisa não invalida a outra, porque como já tive oportunidade de dizer aqui numa outra sessão a CPCJ não é um Órgão da Câmara. É constituída por representantes de várias áreas e o facto de a Educação estar desligada da Ação Social enquanto Divisão da Câmara não influi em nada." -----

**DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal, por maioria, com 56 votos a favor e 1 voto contra, deliberou aprovar, nos termos propostos pela Câmara Municipal, a alteração da Organização dos Serviços do Município de Macedo de Cavaleiros.** -----

**PONTO 2.6 - MAPA DE PESSOAL PARA O ANO DE 2020 / PROPOSTA DE ALTERAÇÃO (2.ª) / PROPOSTA NOS TERMOS DA ALÍNEA o), N.º 1 DO ARTIGO 25.º DO ANEXO I À LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO NA SUA REDAÇÃO ATUAL** -----

O **Presidente da Assembleia Municipal** colocou à consideração do plenário a proposta da Câmara Municipal, aprovada em reunião doze de junho de dois mil e vinte, que se transcreve. -

" MAPA DE PESSOAL PARA O ANO DE 2020 / PROPOSTA DE ALTERAÇÃO (2.ª):  
DELIBERAÇÃO -----

Presente a proposta do Presidente da Câmara Municipal datada de 03.06.2020, que se transcreve. -----

" **Justificação** -----

À luz do disposto no artigo 29.º do Anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na sua redação atual, os órgãos e serviços preveem anualmente as necessidades nos mapas de pessoal, tendo em conta as atividades a desenvolver durante a sua execução. Nesse sentido, aquando da aprovação dos documentos previsionais para 2020, a Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara municipal, aprovou o mapa de pessoal para o mesmo ano. Motivado por aposentações de colaboradores e, ainda, pela necessidade de reforçar alguns serviços municipais, fruto de carências, entretanto, detetadas, proponho a alteração do mapa de pessoal, sendo que: a) Os postos de trabalho a criar, com exceção de um posto de trabalho de Técnico Superior, são em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado. B) Um dos postos de trabalho de Técnico Superior, área de engenharia civil, será em regime de contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo certo, pelo prazo de um ano, renovável até ao limite legal e visa desempenhar funções no plano de ação aprovado no combate a fugas de água do concelho. -----



*Handwritten signature and initials*

Assim, .....

**A) EXTINÇÃO DOS SEGUINTE POSTOS DE TRABALHO .....**

- i) Técnico Superior, área de língua portuguesa – 1 posto de trabalho .....
- ii) Técnico Superior, área não adjetivada – 1 posto de trabalho .....
- iii) Técnico Superior, área de sociologia – 1 posto de trabalho .....
- iv) Assistente Operacional, operador da ETA – 1 posto de trabalho .....
- v) Assistente Operacional, operador da ETAR – 2 postos de trabalho .....
- vi) Assistente Operacional, reprografia – 1 posto de trabalho –Total: 07 postos de trabalho.....

**B) CRIAÇÃO DOS SEGUINTE POSTOS DE TRABALHO E A PROVER .....**

- i) Técnico Superior, área de engenharia eletrotécnica – 1 posto de trabalho .....
- ii) Técnico Superior, área de engenharia civil – 2 postos de trabalho .....
- iii) Carreira especial de fiscalização – 2 postos de trabalho .....
- iv) Assistente Operacional, cantoneiro de vias – 1 posto de trabalho .....

Total: 05 postos de trabalho. ....

Ao proposto acresce a proposta de alteração da organização dos serviços municipais, datada de 2020-06-02 e que será presente à próxima sessão da Assembleia Municipal. ....

No que concerne à componente financeira, o proposto encontra-se assegurado no orçamento inicial, não carecendo de qualquer reforço adicional. ....

Em face do exposto, ao abrigo do disposto no artigo 3.º, n.º 2, alínea a) do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 03 de setembro, pelos fundamentos antes aduzidos, proponho que a Câmara Municipal aprove a presente proposta, a fim de ser presente à próxima sessão da Assembleia Municipal, tudo conforme mapa anexo." .....

A 2.ª Alteração ao mapa de pessoal para 2020, dá-se como transcrita, ficando a sua versão, devidamente rubricada pelos membros do executivo, arquivada na pasta correspondente a esta reunião. ....

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar a proposta de alteração ao Mapa de Pessoal para o ano de 2020, nos termos propostos e, para os efeitos do n.º 1, alínea o) do artigo 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na redação atual, submetê-la a aprovação da Assembleia Municipal." .....

**Abertas as inscrições, usou da palavra. ....**

**ANTÓNIO NUNO BATISTA MENDES DE MORAIS (PSD)** – Que disse: “ Sr. Presidente, agora a visão e o rumo chocam aqui neste ponto e eu queria que me explicasse, nos postos de trabalho a prover, de Técnico Superior de Engenharia Eletrotécnica, como Senhor Presidente sabe esta engenharia atualmente tem 3 áreas, energia, telecomunicações e controlo e gostava de saber, uma vez que é um Técnico Superior para entrar para a Autarquia, especificamente para que área é e qual é no fim de contas a ideia que tem para este técnico em relação a cada uma destas áreas. No que diz respeito à área de Engenharia que tem 2 postos de trabalho e tendo em conta que 1 deles é para a área das águas, fico um pouco baralhado porque a

Câmara faz a gestão das águas em baixa e eu tenho dúvidas, porque o Sr. Presidente nunca nos esclareceu qual é a perspectiva de rumo da CIM e das outras Autarquias, ou seja, existe a perspectiva ou não existe, de que a água em baixa seja entregue a uma Empresa tendo por base o futuro quadro comunitário XXI-XXVII, se existe esta perspectiva qual é o nexos de a Câmara nesta altura estar a admitir técnicos para a área da água? Se vamos pelo outro lado, e se esse rumo não existe e existe o outro rumo que é um rumo que nós PSD já abrimos e assumimos que existe um verdadeiro “cancro” e que estamos disponíveis para participar num acordo de regime porque realmente independentemente de qualquer que seja o Executivo, seja PS ou PSD é um problema que existe e que vai persistir no tempo e que só o concelho todo junto é que pode lutar contra isto, e eu já lhe disse numa alocação que fiz numa Assembleia anterior que estamos disponíveis para trabalhar num Orçamento Plurianual, onde seja alocada uma verba para manutenção e construção de novas condutas. Este é um problema grave e temos que ter rumo nesta questão e acho que de alguma maneira houve erros do passado e agora o Sr. Presidente fala num rumo que em relação a esta questão das águas não estou a ver qual é. Em relação a esta questão também era conveniente focar nestes 2 cargos de engenharia as áreas específicas onde o Sr. Presidente tem a intenção de colocar as pessoas. Agora há também aqui um problema no rumo pois há uns meses atrás o Sr. Presidente alegou aqui que era necessário um Técnico Superior de Língua Portuguesa para a Universidade Sénior e mostrou o seu rumo e agora inverteu o rumo e por isso eu pergunto se afinal o Sr. Presidente tropeçou em alguma pedra e caiu no meio desse rumo ou inverteu o caminho deste rumo ou está a desinvestir do Ensino Superior no Concelho?” -----

**O Senhor Presidente da Assembleia Municipal** passou a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara Municipal** que disse: “ é óbvio que o mapa de pessoal tem de refletir um rumo e é o que se passa com este Mapa de Pessoal. Falamos aqui de um técnico superior e eu digo-lhe que a área escolhida é para a energia e como é óbvio a câmara tem razões para isso pois agora há mais do que nunca trabalhos que vão ser acrescentados ao longo destes dois anos e precisamos de ter um Engenheiro envolvido e conhecedor dominando esta área. Precisamos também de ter alguém que nos ajude a poupar na energia. Nós já estamos no bom caminho, já fizemos muito na área da poupança energética e a eficiência energética é o futuro e por isso tínhamos de apostar em alguém que nos garantisse o futuro e a eficiência energética porque isso é poupança e boa gestão. Relativamente às águas e como o Sr. Deputado disse e muito bem, se bem se entende estamos a falar de um contrato de um Engenheiro a termo certo pois nós queremos ir para o terreno e resolver problemas como os que hoje já aqui foram propalados tantas vezes e como eu já alertei estamos a ter problemas graves com as águas. Isto é uma luta do passado e hoje o Sr. Deputado falou num rumo comum e eu gostei do que ouvi porque é para isso que aqui estamos. Pensar numa estratégia de futuro que também passa por isso no Orçamento Plurianual contemplarmos uma verba para reforçar e substituir condutas porque é por aí que devemos começar e depois procurar as fugas e saber porque temos perdas e roubos e isso só é possível se tivermos uma equipa capaz e para que tal



Cij  
ew  
M

aconteça precisa de ter um Engenheiro que também ele seja capaz e para fazermos isto é necessário proceder a concursos abertos e transparentes e quem tiver unhas toca guitarra. Relativamente à questão do Técnico Superior na área da Língua Portuguesa, a Câmara tem uma aposta na Educação e na altura em que fizemos essa aposta chegamos à conclusão que teríamos mais interesse em ter um Gerontólogo para as necessidades a curto e médio prazo. ”

**DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal, por maioria, com 51 votos a favor, 1 voto contra e 5 abstenções, deliberou aprovar a proposta de alteração (2.ª) do mapa de pessoal para o ano de 2020, nos termos propostos pela Câmara Municipal. -----**

**PONTO 2.7 – REGULAMENTO DE INCENTIVO AO COMÉRCIO TRADICIONAL DE MACEDO DE CAVALEIROS / APROVAÇÃO NOS TERMOS DO N.º 1, ALÍNEA g) DO ARTIGO 25.º DO ANEXO I À LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA SUA REDAÇÃO ATUAL -----**

O Presidente da Assembleia Municipal colocou à consideração do plenário a proposta da Câmara Municipal, aprovada em reunião de doze de junho de dois mil e vinte, que se transcreve. -----

“ REGULAMENTO DE INCENTIVO AO COMÉRCIO TRADICIONAL DE MACEDO DE CAVALEIROS / APROVAÇÃO FINAL: DELIBERAÇÃO -----

Presente a informação do Departamento de Administração Geral datada de 02.06.2020, que se transcreve. -----

“ Por deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada a 2020-03-27, foi aprovado, sob forma de projeto, o Regulamento de Incentivo ao Comércio Tradicional de Macedo de Cavaleiros. -----

Na mesma deliberação foi decidido submete-lo a consulta pública, o que foi feito, tendo terminado o prazo no p.p. dia 28 de maio. Não foi apresentada qualquer sugestão. -----

Em face do exposto, este regulamento está em condições de ser presente à Câmara Municipal para aprovação final e ser submetido a apreciação da Assembleia Municipal.” -----

O Regulamento dá-se como transcrito, ficando a sua versão, devidamente rubricada pelos membros do executivo, arquivada na pasta correspondente a esta reunião. -----

**DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar a proposta de Regulamento de Incentivo ao Comércio Tradicional de Macedo de Cavaleiros nos termos propostos e, para os efeitos do disposto do n.º 1, alínea g) do artigo 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, submete-la a aprovação da Assembleia Municipal.”-----**

**Abertas as inscrições, usaram da palavra. -----**



**MANUEL ANTÓNIO DE SÁ MICO (PS)** – Que disse: “ Falta de rumo é não apresentar todos estes Regulamentos que estão agendados hoje. Isto é fruto de alguém que está a executar. E nesta matéria estão de parabéns todo o Executivo porque os aprovaram por unanimidade.” -----

**ANTÓNIO NUNO BATISTA MENDES DE MORAIS (PSD)** – Que disse: “ Venho aqui em nome do PSD para lhe dizer que vamos aprovar estes 3 Regulamentos, no entanto deixar-lhe uma nota que espero que tenha em consideração. Dizer-lhe portanto que estes Regulamentos devem ser efetivos e praticáveis e de alguma maneira não é só a Regulamentação que traz que tem valor, alguma dela mais da área social vem de executivos anteriores e esta que vem agora para a área do comércio e do empreendedorismo. Estes Regulamentos são muito bons se de alguma maneira houver uma aplicabilidade prática e que de algum modo antes de serem vertidos e de por as regras e os plafons haja um estudo objetivo do tecido comercial da cidade, do tecido empresarial da oferta de habitação e também do tipo de desenvolvimento económico que queremos para o concelho pois se não soubermos conhecer aquilo que temos, estes projetos que podem ser meritórios podem cair em saco roto e friso isto porque como o Sr. Presidente sabe alguns dos plafons de alguns projetos em execução são tão baixos que não atingem a maioria dos potenciais beneficiários e portanto acho que era útil fazerem esse breve estudo da amplitude e das necessidades que existem. Agora noutra contexto e com a anuência do Presidente da Assembleia Municipal queria dizer à Sr.ª Vice-Presidente da Câmara que lhe vou dar os parabéns se no final do ano conseguir ter a sua Divisão de Educação, porque eu muito honestamente não acredito que avance. ” -----

**O Senhor Presidente da Assembleia Municipal** passou a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara Municipal** que disse: “ relativamente ao Regulamento não gostaria de deixar passar a oportunidade de dizer que pelo menos houve a iniciativa de criar Regulamentos e fizemos a vontade à deputada Municipal Jacinta Lopes porque apostar no Comércio Tradicional e nos Produtos Tradicionais, significa que afinal temos um rumo e aquilo que nunca foi feito no passado está a ser feito agora. Com estes Regulamentos beneficiamos todos, o pequeno comércio, os produtores locais, os nossos produtos endógenos que são de grande qualidade e portanto acho que podemos sair parabenizados deste processo e não queremos que caia em saco roto e por isso gostamos de ouvir as vossas opiniões pois estamos cá para trabalhar todos em conjunto. Sobre estes Regulamentos vai haver estudos objetivos e a avaliação das ofertas e o desenvolvimento económico que tem uma série de nuances implicadas obviamente também vai precisar que haja pessoas críticas e pessoas com boas ideias, para poderem corrigir alguma coisa que eventualmente possa estar menos bem”. -----

**DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal, por unanimidade, deliberou aprovar, nos termos propostos pela Câmara Municipal, o Regulamento de Incentivo ao Comércio Tradicional de Macedo de Cavaleiros.** -----



*Handwritten signature and initials*

**PONTO 2.8 – REGULAMENTO PARA CONCESSÃO DE INCENTIVO FISCAL À AQUISIÇÃO DE HABITAÇÃO POR JOVENS NO CONCELHO DE MACEDO DE CAVALEIROS / APROVAÇÃO NOS TERMOS DO N.º 1, ALÍNEA g) DO ARTIGO 25.º DO ANEXO I À LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA SUA REDAÇÃO ATUAL -----**

**O Presidente da Assembleia Municipal** colocou à consideração do plenário a proposta da Câmara Municipal, aprovada em reunião de doze de junho de dois mil e vinte, que se transcreve. -----

**“ REGULAMENTO PARA CONCESSÃO DE INCENTIVO FISCAL À AQUISIÇÃO DE HABITAÇÃO POR JOVENS NO CONCELHO DE MACEDO DE CAVALEIROS / APROVAÇÃO FINAL: DELIBERAÇÃO -----**

Presente a informação do Departamento de Administração Geral datada de 02.06.2020, que se transcreve. -----

“ Por deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada a 2020-03-27, foi aprovado, sob forma de projeto, o Regulamento para Concessão de Incentivo Fiscal à Aquisição de habitação por Jovens no Concelho de Macedo de Cavaleiros. -----

Na mesma deliberação foi decidido submetê-lo a consulta pública, o que foi feito, tendo terminado o prazo no p.p. dia 28 de maio. Não foi apresentada qualquer sugestão. -----

Em face do exposto, este regulamento está em condições de ser presente à Câmara Municipal para aprovação final e ser submetido a apreciação da Assembleia Municipal.” -----

O Regulamento dá-se como transcrito, ficando a sua versão, devidamente rubricada pelos membros do executivo, arquivada na pasta correspondente a esta reunião. -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar a proposta de Regulamento para Concessão de Incentivo Fiscal à Aquisição de habitação por Jovens no Concelho de Macedo de Cavaleiros nos termos propostos e, para os efeitos do disposto do n.º 1, alínea g) do artigo 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, submetê-la a aprovação da Assembleia Municipal.”-----

**Abertas as inscrições, ninguém pretendeu usar da palavra. -----**

**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal, por unanimidade, deliberou aprovar, nos termos propostos pela Câmara Municipal, o Regulamento para Concessão de Incentivo Fiscal à Aquisição de Habitação por Jovens no Concelho de Macedo de Cavaleiros. -----

**PONTO 2.9 – REGULAMENTO DE CAPTAÇÃO DE PROJETOS DE INTERESSE MUNICIPAL (PIM) / APROVAÇÃO NOS TERMOS DO N.º 1, ALÍNEA g) DO ARTIGO 25.º DO ANEXO I À LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA SUA REDAÇÃO ATUAL -----**

**O Presidente da Assembleia Municipal** colocou à consideração do plenário a proposta da Câmara Municipal, aprovada em reunião de doze de junho de dois mil e vinte, que se transcreve. -----

**“ REGULAMENTO DE CAPTAÇÃO DE PROJETOS DE INTERESSE MUNICIPAL (PIM) / APROVAÇÃO FINAL: DELIBERAÇÃO -----**

Presente a informação do Departamento de Administração Geral datada de 02.06.2020, que se transcreve. -----

“ Por deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada a 2020-03-27, foi aprovado, sob forma de projeto, o Regulamento de Captação de Projetos de Interesse Municipal – PIM. -----

Na mesma deliberação foi decidido submete-lo a consulta pública, o que foi feito, tendo terminado o prazo no p.p. dia 28 de maio. Não foi apresentada qualquer sugestão. -----

Em face do exposto, este regulamento está em condições de ser presente à Câmara Municipal para aprovação final e ser submetido a apreciação da Assembleia Municipal.” -----

O Regulamento dá-se como transcrito, ficando a sua versão, devidamente rubricada pelos membros do executivo, arquivada na pasta correspondente a esta reunião. -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar a proposta de Regulamento de Captação de Projetos de Interesse Municipal (PIM) nos termos propostos e, para os efeitos do disposto do n.º 1, alínea g) do artigo 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, submete-la a aprovação da Assembleia Municipal.” -----

**Abertas as inscrições, ninguém pretendeu usar da palavra. -----**

**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal, por unanimidade, deliberou aprovar, nos termos propostos pela Câmara Municipal, o Regulamento de Captação de Projetos de Interesse Municipal (PIM). -----

**PONTO 2.10 – ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DE CIDADES EDUCADORAS E SUBSCRIÇÃO DA CARTA DAS CIDADES EDUCADORAS / AUTORIZAÇÃO NOS TERMOS DO N.º 1, ALÍNEA k) DO ARTIGO 25.º DO ANEXO I À LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA SUA REDAÇÃO ATUAL -----**

**O Presidente da Assembleia Municipal** colocou à consideração do plenário a proposta da Câmara Municipal, aprovada em reunião de sete de maio de dois mil e vinte, que se transcreve. -----



*C. J.*  
*eu*  
*[Signature]*

“ ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DE CIDADES EDUCADORAS E SUBSCRIÇÃO DA CARTA DAS CIDADES EDUCADORAS / PROPOSTA DE ADESÃO -----

Presente a proposta da Vereadora, Elsa Carina da Silva Escobar, que se transcreve. -----

“Considerando que: -----

- Conforme disposto na Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro (alínea d) do n.º 2 do artigo 23.º) os municípios dispõem de atribuições no domínio da educação; -----

- É competência da Câmara Municipal apoiar atividades de natureza educativa (alínea u) do n.º 1, do artigo 33.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro); -----

- Compete à Câmara Municipal colaborar no apoio a programas e projetos de interesse municipal, em parceria com entidades da administração central, (alínea r) do n.º 1, do art.º 33.º, da citada lei); -----

A autarquia e a comunidade sociocultural e educativa do município têm vindo a desenvolver uma rica experiência no que tange à dinâmica na intervenção com crianças e jovens, e de que são exemplos: - O apoio à educação, no âmbito dos programas “Escola a tempo inteiro” e fornecimento de refeições escolares; do apoio à atividade da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens, do programa de atribuição de bolsas de estudo aos alunos do ensino superior, das Férias Vivas; - Os projetos “Prevenir para melhorar Macedo” (projeto-piloto) e “Desafiar para motivar” (equipa multidisciplinar), no âmbito do Plano Integrado e Inovador de Combate ao Insucesso Escolar (PIICIE); - A implementação de atividades de serviço educativo na Biblioteca Municipal e no Centro Cultural; - A colaboração com o Agrupamento de Escolas de Macedo de Cavaleiros ao nível do desenvolvimento de projetos desenvolvidos, nomeadamente no âmbito do Plano Nacional de Cinema (PNC) e do Plano Nacional das Artes (PNA) e da Rede de Bibliotecas Escolares (Projeto M&M – Mais e Melhor e Serviço de Apoio às Bibliotecas Escolares – SABE). -----

É desígnio do atual executivo fomentar o exercício de políticas propiciadoras de igualdade, de cidadania inclusiva, de participação, de coesão, de compromisso com as estratégias de desenvolvimento traçadas para o concelho; -----

Se verifica uma clara identificação dos pressupostos de intervenção subjacentes à atuação da Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros com a Carta das Cidades Educadoras; -----

São várias as vantagens em integrar uma rede nacional e internacional de informação, designadamente no que respeita à educação. -----

Proponho que seja assumida, em reunião da Câmara Municipal e em reunião da Assembleia Municipal, a carta das cidades educadoras e proposta a admissão do Município de Macedo de Cavaleiros à Associação Internacional de Cidades Educadoras. A adesão implica o pagamento de uma cota anual de €200,00 (duzentos euros). Anexo a carta das cidades educadoras e respetiva ficha de adesão.” -----

A Carta das Cidades Educadoras é dada como transcrita, ficando a sua versão, devidamente rubricada pelos membros do executivo, arquivada na pasta correspondente a esta reunião. -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal, por unanimidade, deliberou aprovar a proposta da

Vereadora Elsa Carina da Silva Escobar, nos termos apresentados e remetê-la à Assembleia Municipal para efeitos de aprovação.” -----

**Abertas as inscrições, ninguém pretendeu usar da palavra.** -----

**DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal, por unanimidade, nos termos propostos pela Câmara Municipal, deliberou autorizar a admissão do Município de Macedo de Cavaleiros à Associação Internacional de Cidades Educadoras.** -----

**PONTO 2.11 – ATRIBUIÇÃO DE NOME À BIBLIOTECA MUNICIPAL / APROVAÇÃO** -----

O Presidente da Assembleia Municipal colocou à consideração do plenário a proposta da Câmara Municipal, aprovada em reunião de sete de maio de dois mil e vinte, que se transcreve. “ ATRIBUIÇÃO DE NOME À BIBLIOTECA MUNICIPAL / PROPOSTA -----

Presente a proposta da Vereadora Elsa Carina da Silva Escobar, que se transcreve. -----

“ Considerando que: -----

- Em termos genéricos, compete às bibliotecas a organização do conhecimento, em todas as suas formas de suporte, com vista a transmiti-lo aos utilizadores, tendo sempre em atenção os interesses destes e da comunidade em que as bibliotecas se inserem; -----

- A Biblioteca Municipal é, indubitavelmente, um dos mais importantes equipamentos culturais que o Município de Macedo de Cavaleiros coloca ao dispor de todos os Municípes, oferecendo aos seus utilizadores/leitores um conjunto diversificado de Serviços, nomeadamente o Apoio às Bibliotecas Escolares (SABE); o Serviço de Empréstimo Domiciliário; Leitura Presencial; Serviço de Referência; Serviços TIC – Tecnologias de Informação e Comunicação e Serviço de Sugestões e Reclamações; -----

- A Biblioteca Municipal constitui um espaço de lazer, de cultura e para a cultura, que promove o Serviço Educativo, através do qual oferece, aos seus diferentes públicos, atividades educativas e culturais de diferentes tipologias, nomeadamente: Horas do Conto, Conto no Colo, Ateliês de natureza Diversa, Exposições e Mostras Bibliográficas, entre outras atividades; -----

- Considerando que Macedo de Cavaleiros tem um número de personalidades que nunca foram devidamente homenageados, designadamente o escritor A.M. Pires Cabral, natural do concelho (Chacim, 13 de agosto de 1941; -----

- Considerando que em 2020 a Biblioteca Municipal perfaz 35 anos de existência em Macedo de Cavaleiros e 25 anos desde que foi transferida para o edifício onde ainda hoje se situa; -----

Proponho que se assinale o duplo aniversário da Biblioteca Municipal, alterando o nome desta para Biblioteca Municipal A.M. Pires Cabral e perpetuando, assim, em Macedo de Cavaleiros, o nome de um escritor do nosso concelho, galardoado com vários prémios literários e que tem dado o seu contributo em diversas iniciativas do Município.” -----

**DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal, por unanimidade, deliberou aprovar a proposta da**



*Handwritten signatures and initials in the top right corner.*

Vereadora Elsa Carina da Silva Escobar, nos termos apresentados e remetê-la à Assembleia Municipal para efeitos de aprovação.”-----

**Abertas as inscrições, usaram da palavra.** -----

**JACINTA LÚCIA CATARINO LOPES (CDS)** – Que disse: “ Queria questionar quais foram os critérios, para escolher um ilustre escritor da nossa terra, é verdade, e não está em causa o escritor, mas sim saber se houve critérios porque também existem outros escritores na nossa terra que poderiam também ser escolhidos.” -----

**ANTÓNIO NUNO BATISTA MENDES DE MORAIS (PSD)** – Que disse: “ Sr. Presidente nós estamos completamente de acordo com este prémio que se dá a uma pessoa desta terra. Relembrar-lhe também que nem pomos em causa o critério porque é uma pessoa tão ilustre e tão nobre que nem merece que venhamos para aqui com questões dos critérios, mas relembramos que não só nas artes, temos também ilustres agricultores, médicos, veterinários, engenheiros, advogados, políticos entre tanta gente nesta terra que merece ser lembrada que acho que deviam ser lembradas. E uma vez que estamos a falar de cultura peço-lhe Sr. Presidente que não se esqueça dos homens da cultura, os artistas do nosso concelho, pessoas que se encontram num período extremamente complicado que durante o verão não vão ter trabalho e o rendimento não vai aparecer porque não há festas e acho que todos nós lhe devemos dar a mão, ajudá-los e o Município tem essa obrigação.” -----

**O Senhor Presidente da Assembleia Municipal** passou a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara Municipal** que respondeu: “relativamente à intervenção do Deputado Municipal concorda plenamente que em cultura não pode haver política, temos é de pensar nas pessoas ilustres que temos na nossa terra. Alguns dos critérios que serviram para escolher o nome do Dr. Pires Cabral foi o facto de ser um escritor muito premiado e também por ser o que tem mais obra publicada. Penso que é uma escolha pacífica, reconhecemos que na nossa terra há gente ilustre e bons escritores e somos orgulhosos de que eles façam parte do nosso território e neste caso foi apenas por obedecermos aos critérios que já referi. Quanto aos artistas dizer-vos que não estão esquecidos e iremos criar soluções neste período de algum constrangimento para que pelo menos os do nosso concelho possam efetuar algumas atuações dentro das limitações de segurança que existem.” -----

**DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal, por unanimidade, deliberou aprovar, nos termos apresentada, a proposta da Vereadora Elsa Carina da Silva Escobar.** -----

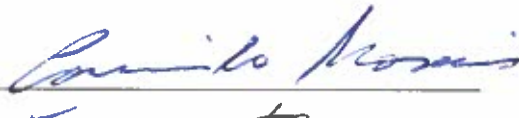

**INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----

Não aplicável por força do disposto no artigo 3.º, n.º 2 da Lei n.º 1-A/2020, de 19 de março. -----

**APROVAÇÕES EM MINUTA**-----

Foi deliberado, por unanimidade aprovar em minuta o ponto, dois ponto três, dois ponto quatro, dois ponto cinco, dois ponto seis, dois ponto sete, dois ponto oito, dois ponto nove, dois ponto dez e dois ponto onze. -----

**Eram vinte horas e não havendo mais nada a tratar, foi pelo excelentíssimo senhor Presidente da Assembleia Municipal, declarada encerrada a reunião, e do que nela se passou, se lavrou a presente ata, que vai ser assinada pelos excelentíssimos Presidente, Primeiro e Segundo Secretários.** -----

  
-----  
  
-----  
Celso Mendes